CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A EDUCAÇÃO NO YLA-DUDU: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO NEGRO EM ANGRA DOS REIS

Waldelilo Santos de Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Nara Maria Carlos de Santana

Rio de Janeiro

Junho / 2016

A EDUCAÇÃO NO YLA-DUDU: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO NEGRO EM ANGRA DOS REIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Waldelilo Santos de Melo

Banca Examinadora:

Professora Dra. Nara Maria Carlos de Santana (CEFET/RJ)
(Orientadora)

Professor Dr. Álvaro de Oliveira Senra (CEFET/RJ)

Professor Dr. Ricardo Augusto dos Santos (FIOCRUZ)

Professor Dr. Samuel Silva Rodrigues de Oliveira (CEFET/RJ)

Rio de Janeiro
Junho / 2016

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

M528 Melo, Waldelilo Santos de
A educação no Ylá-Dudu: uma análise do movimento negro em Angra dos Reis / Waldelilo Santos de Melo.—2016.
65f. + anexos : il.color. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2016.
Bibliografia : f. 64-65
Orientadora : Nara Maria Carlos de Santana

1. Negros - Identidade racial - Brasil. 2. Movimentos sociais - Brasil - Angra dos Reis (RJ). 3. Negros - Identidade cultural. 4. Brasil - Relações raciais - Aspectos sociais. I. Santana, Nara Maria Carlos de (Orient.). II. Título.

CDD 305.896

DEDICATÓRIA

À vó Dalila!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus e todas as forças superiores que me protegem e guardam nesta jornada chamada vida, e minha família pelo apoio incondicional nos estudos, minha mãe Elizabeth Santos de Melo, meu pai Valdelilo Lima de Melo e meu irmão Felipe Santos de Melo, assim como minha avó Dalila, a quem dedico este trabalho que mesmo involuntariamente em nossos diálogos sempre me despertou a curiosidade de pesquisador, minhas tias e tios e minha namorada Letícia Figueiredo, pelo amor e companheirismo.

Agradeço também a toda equipe do PPER / CEFET, os anos de convivência com os colegas de disciplinas foram um grande aprendizado, aos funcionários pelo suporte acadêmico e aos professores meus agradecimentos pelo aprendizado e pela disposição para discutir o projeto bem como seus questionamentos e contribuições. Um agradecimento em especial para a Coordenadora Renilda Barreto que não apenas cumpriu seu papel administrativo de forma majestosa, mas também sempre preocupada com meu bem-estar, dando total apoio nos momentos mais difíceis com suas palavras amigas, agradeço também ao trabalho de orientação oferecido pela professora Dr.ª Nara Maria Carlos de Santana.

E por fim, gostaria de agradecer a contribuição fundamental do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, sem a colaboração deles este trabalho não seria possível, principalmente a Délcio Bernardo que mesmo muito atarefado e envolvido em seus projetos e trabalhos pessoais, concedeu com muito carinho uma entrevista e se colocou à disposição para ajudar no que fosse necessário para o acesso as fontes relativas ao Grupo, porém, o agradecimento maior fica por conta dos anos de lutas que se refletem em vitórias, graças a sua atuação junto ao YLA-DUDU posso apresentar este trabalho, os anos de debate, seminários, cursos e míni cursos, especialização na UFF/IEAR que colocam o racismo em discussão no meio acadêmico no município de Angra dos Reis. Foi nesse ínterim que a estrela de Mariene Florentino Caetano da Silva reluziu mais forte em meus olhos, sua história e histórias envolvem qualquer interlocutor, meus agradecimentos ficam para ela em forma de epígrafe, para desfilar com toda sua exuberância, Obrigado Mariene!

EPÍGRAFE

"Dá licença Brasil

Dá licença Brasil eu entrar pela porta da tua consciência
Seja ela branca ou negra.
Dá licença que hoje eu quero rasgar meu peito,
E dele deixar brotar, num profundo lamento, meu desabafo.

Pois sendo hoje, apenas hoje, o meu dia,
Dizer que eu quero ver nos dicionários o meu dialeto,
E não ver ninguém rir de mim, quando na rua eu passo
Tentando perpetuar, através de meus trajes e penteados,
Minha saudosa mãe África.

Aliás, nem sei por que pedir licença, pois não nos consultaram,
Quando nos navios negreiros de lá nos trouxeram,
Então agora me deixa passar,
Exibindo minha ginga, minha história e minha raça.
Deixa-me mostrar os dentes brancos,
E sim que ainda é tempo, e que posso e devo sorrir.

Se a licença não for concedida, desculpe-me Senhor Tropical,
Mas a quinhentos anos estou dentro,
Fiz do meu sangue e suar um documento,
E deste chão Brasil meu usucapião."

Mariene Florentino da Silva Caetano

RESUMO

O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU atua no município de Angra dos Reis, Região sul fluminense desde o final da década de 1980, se constituindo como um Movimento Negro local a se dedicar na luta contra o racismo e pela melhora das condições de vida da população negra. Ao longo de sua trajetória o YLA-DUDU participou de diferentes atividades e desenvolveu inúmeros projetos de promoção à igualdade racial. Porém, este trabalho busca como objetivo examinar a participação do Grupo em questões relacionadas à educação, sendo o caso da militante Mariene Florentino da Silva Caetano o principal foco de análise. Sua trajetória de vida e as contribuições que o movimento proporcionou a ela, bem como suas contribuições para as ações sócio educacionais do YLA-DUDU serão apresentadas a partir da metodologia de História Oral e das contribuições da Análise do Discurso de perspectiva sócio interacional, em um movimento interdisciplinar capaz de valorizar a construção de narrativa da militante, fornecendo material necessário para o entendimento de seus projetos educacionais como uma pedagogia feminista negra como prática política do cotidiano.

Palavras-chave: História; Narrativa; Movimento Negro e Educação.

ABSTRACT

The Black Consciousness group YLA-DUDU operates in the municipality of Angra dos Reis, south region of Rio de Janeiro since the late 1980s, constituting as a local black movement to engage in the fight against racism and the improvement of people's living conditions black. Throughout its history, the YLA-DUDU participated in different activities and developed numerous projects to promote racial equality. However, this paper seeks to examine the objective of the Group's interest in issues related to education, and the militant case Mariene Florentino da Silva Caetano the focus of analysis. His life story and the contributions that the movement provided to it, as well as their contributions to the socio educational activities of YLA-DUDU will be presented from the Oral History methodology and contributions from the perspective of discourse analysis partner interactional, in a move interdisciplinary able to value the construction of militant narrative, providing material necessary for the understanding of its educational projects as a black feminist pedagogy as everyday political practice.

Keywords: History; Narrative; Black Movement and Education.

Introdução..... **09**

1 Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU: Origem e Características..... **20**

1.1 A complexidade dos Movimentos Sociais e a representação da Luta Negra..... 20

1.2 YLA-DUDU: Grupo de Consciência Negra de angra dos Reis..... 25

1.3 Atuação do YLA-DUDU..... 31

1.4 YLA-DUDU e a educação..... 33

2 A Contribuição Sócio Educacional do YLA-DUDU: o Caso de Mariene..... **40**

3 Contribuições de Mariene no YLA-DUDU: narrativa e identidade..... **52**

Considerações Finais..... **62**

Referências..... **64**

Anexo A: Transcrição da entrevista Délcio Bernardo..... **67**

Anexo B: Transcrição da entrevista Mariene..... **73**

Anexo C: Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU / Angra dos Reis..... **75**

Anexo D: Cartaz Campanha da Fraternidade..... **84**

Anexo E: Atividades do Grupo YLA-DUDU..... **85**

Introdução

Os integrantes do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, quando começaram a discutir sobre a criação de uma entidade negra no município de Angra dos Reis no final da década de 1980, realçavam em seus debates iniciais as dificuldades que enfrentavam de serem reconhecidos e valorizados como negros, de conseguirem reafirmar sua negritude. Começavam a trilhar uma trajetória que visava despertar a consciência para o importante papel social dos negros no município e no Brasil, de valorizar a identidade negra e resgatar a cultura de matriz africana e afro-brasileira e espalhar a luta contra o racismo através do som, do canto, da voz, do grito – o "GRITO NEGRO" – que ao ser traduzido para o idioma Ioruba: YLA-DUDU.

Este trabalho, busca como objetivo analisar a trajetória histórica do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU situado no município de Angra dos Reis – Região Sul Fluminense – a partir de narrativas concebidas por meio de entrevistas dos primeiros militantes e fundadores do YLA-DUDU, com destaque para Mariene Florentino da Silva Caetano, que além de ser uma das pioneiras na entidade negra, também elabora projetos educacionais individuais em sua própria casa para crianças negras do bairro onde vive. Tomando como base algumas conceptualizações sobre as lutas do Movimento Social Negro e seus desdobramentos em reivindicações contra o racismo, por direito a melhores condições de vida, acesso aos bens educacionais e culturais, e compreender como o YLA-DUDU se insere na lógica do Movimento Negro, como colabora para as agendas deste movimento e suas peculiaridades próprias da região, do tempo e da trajetória de alguns de seus membros.

Posicionar as escolhas teórico-metodológicas deste trabalho e compreender o caminho percorrido ao longo de sua elaboração perpassa em partes por minha trajetória acadêmica, pois muito do que este trabalho representa é ao mesmo tempo fruto de minhas experiências institucionais e um reconhecimento aos anos de trabalho do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU no município de Angra dos Reis. Sendo assim, início esta introdução refletindo sobre meu lugar de fala.

Ingressei no curso de história do Centro Universitário Geraldo Di Bise, em Volta Redonda em 2004, um ano após a Lei 10639/03 ser sancionada, e já nos primeiros meses de curso participei de uma campanha promovida pelo Centro

Acadêmico e militantes do Movimento Negro local que cursavam a faculdade para que a Lei fosse cumprida, e no ano seguinte a disciplina de História da África estava sendo ofertada como matéria no currículo. Até este momento os debates sobre questão racial não faziam parte do meu cotidiano, não possuindo familiaridade com assunto.

Ao longo da graduação a disciplina de História da África foi se transformando em algo fascinante e passei a tomar gosto pelo assunto a ponto de aprofundar os estudos, pesquisando e participando de eventos que envolvessem a temática, e assim pude conhecer o projeto “Negros e Negras em movimento”, um curso oferecido pela Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis em parceria com o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, visando à formação e capacitação de professores da rede pública para a aplicação da Lei 10639/03, e durante dois anos consecutivos participei do projeto até me formar e começar a atuar como professor de história na rede pública estadual e particular no município de Angra dos Reis.

O projeto “Negros e Negras em movimento” cresceu e se transformou na primeira pós-graduação lato sensu ofertada pela UFF de Angra dos Reis com o curso “Diversidade Cultural e Interculturalidade: matrizes indígenas e africanas na educação brasileira”, com o objetivo de aprofundar ainda mais os debates sobre a questão racial e a aplicabilidade da Lei 10639/03 e da Lei 11645/08 nas escolas da região litorânea do sul fluminense, onde tive a oportunidade de adquirir mais afinidade com o debate sobre as relações étnico raciais no Brasil e também conhecer as principais lideranças do YLA-DUDU, com destaque para Délcio Bernardo, principal articulador das parcerias entre o Grupo de Consciência e a UFF.

Durante o curso de especialização presenciei as comemorações de 20 anos de fundação do Grupo, participei de uma atividade organizada pelo YLA-DUDU, que envolvia palestras, debates, exposição de documentos e o resgate das memórias das lideranças do movimento ao longo de seus anos de lutas e vitórias. Em tal oportunidade passei a refletir sobre a importância da educação para o movimento negro, representando uma luta que envolve a participação e ação direta dos militantes, mas as conquistas são partilhadas com toda sociedade, a exemplo do projeto “Negros e Negras em movimento”, destacado durante o evento comemorativo.

Dentre as falas e memórias das lideranças do movimento, a militante Mariene Florentino da Silva Caetano me chamou atenção durante uma palestra, por

ser uma figura conhecida na cidade e muito próxima de meus familiares, já a conhecia e sabia de seus envolvimentos sociais, mas alguns pontos de sua história de vida me despertaram a curiosidade de pesquisador, achando conveniente registrar e analisar tais fatos.

Posteriormente realizei uma primeira entrevista na própria casa de Mariene, sem nenhum tipo de pauta ou perguntas pré-definidas, simplesmente, deixei que suas memórias e lembranças do passado fossem fluindo, intervindo apenas em certos pontos, quando minhas curiosidades eram aguçadas por suas palavras. Momentos relevantes sobre sua vida foram reveladas nesse primeiro contato, principalmente no que dizia respeito a sua atuação política e militância no movimento de consciência negra, em especial, as suas experiências com educação, proposta central de discussão deste trabalho, onde suas atividades pedagógicas antirracistas se equiparam a de outras mulheres negras no Brasil e na diáspora africana, apresentando uma ampliação das possibilidades teórico metodológicas do feminismo negro com viés na pedagogia feminista negra.

De acordo com Gohn (1997, 2009, 2010, 2011), uma análise dos movimentos sociais deve ser feita através da compreensão de uma sociedade capitalista, considerando que estes movimentos não são inspirados somente por reivindicações imediatas, relacionando suas vidas com indivíduos ou classes, mas se projetam para superação de seus problemas sociais, econômicos e políticos, visando a construção de uma nova sociedade. Os movimentos sociais não podem ser compreendidos sem compreendermos as consequências sociais do modo de produção capitalista nas camadas mais desprivilegiadas da sociedade. Não é objetivo deste projeto findar o debate sobre o que são movimentos sociais, apenas compreende-se que o resgate de suas matrizes históricas devem fundamentar nosso objeto de estudo, pois necessita-se relacionar o Movimento Social Negro com as demais lutas sociais individuais ou coletivas e compreender suas implicações na educação. Para tanto, será resgatada brevemente a luta histórica dos negros que de forma individual ou coletiva possibilitaram compreendermos o Movimento Social Negro e o situarmos na gênese dos movimentos sociais, como expressões das lutas sociais emancipatórias, onde agentes organizados buscaram e buscam exercer a cidadania de direitos fundamentais, principalmente no que diz respeito à educação de qualidade. Por tudo isso, compreender a relação dialética existente entre a luta histórica dos movimentos sociais e a luta do Movimento Social Negro é ao mesmo tempo ponto de partida e de chegada para compreensão das reivindicações e

contestações do movimento social por reparações e igualdade social. Voltamos aqui a relembrar Gohn (1997, 2009, 2010, 2011), quando esta afirma que os movimentos sociais, independente dos seus desdobramentos e estratégias, tem em comum originarem-se de tensionamentos produzidos pelo sistema de produção capitalista, resultando as relações de conflito entre os indivíduos e grupos sociais a que pertencem com as instituições do sistema político tradicional – responsável pela manutenção das desigualdades sociais e raciais. Neste sentido que se pode iniciar uma contextualização do Movimento Social Negro, como decorrência das lutas do povo negro contra as práticas discriminatórias das quais tem sido vítima historicamente.

Comparar a luta do YLA-DUDU no município de Angra dos Reis e igualá-lo a outros movimentos negros reconhecidos no Brasil é uma pequena retribuição à todas as conquistas já obtidas pelo grupo de consciência no que diz respeito a uma sociedade livre do preconceito racial. Porém, este projeto tem como pretensão afunilar este debate, trazendo luz às questões educacionais que o movimento inclui nas suas pautas de debate, comuns a outros movimentos negros brasileiros. Pensar e discutir a questão do negro na sociedade angrense, a lutar contra o racismo no município e a buscar pela própria identidade afro se tornaram uma tônica nos encontros do grupo que a princípio se restringia ao espaço religioso, mas que aos poucos foi se conscientizando que o debate não deveria ser restrito a este espaço, ganhando forma de um Movimento Negro, desvinculado de crença ou credo, filiação política e sexo.

A importância desse projeto se dá em grande parte pela análise das discussões do Movimento Negro para a personagem por mim escolhida: Mariene, e sua trajetória de vida. Como os debates abriram a possibilidade dela reconhecer sua identidade, aceitar sua negritude e se valorizar enquanto mulher negra, retomar seus estudos e multiplicar a luta contra o racismo através de trabalhos sociais e da educação, sem deixar de relacionar a trajetória e o contexto histórico do YLA-DUDU.

Ao sofrer abandono familiar durante a infância no interior de Minas Gerais na década de 1960, viveu sob os cuidados de instituições de caridade católicas e frequentou na adolescência a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, chegando em Angra dos Reis durante a década de 1980. Sua inserção no meio católico desde a infância e a paixão pela música levaram Mariene a participar no Coral da igreja e no Coral da Cidade, cantou e fez muitos amigos e se envolveu no

Grupo de Agentes Pastorais Negros, porém, foi na Campanha da Fraternidade de 1988 que as discussões sobre o racismo e a situação do negro na sociedade brasileira após cem anos de escravidão, envolveram Mariene na criação do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU.

Por tudo isso, justifico a relevância da pesquisa deste projeto. A importância do Movimento Negro, especialmente aqui, do YLA-DUDU, como um projeto que possibilita a inserção, valorização a partir da educação. Neste sentido, vejamos o caso de Mariene Florentino, integrante do deste movimento. Sua trajetória nos serve de exemplo para percebermos como a inserção no movimento transformou sua história, transformando-a em modelo e sua história merece estar registrada como símbolo de superação e conquista, para o resgate da memória, não apenas para o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, mas também para os diversos negros e negras que sofrem discriminação racial nos bancos escolares e que podem gerar evasão.

Os objetivos específicos deste trabalho, tem como preocupação a ideologia racista brasileira que tenta apagar da história a resistência dos negros à escravidão, bem como a forma e os efeitos da integração do negro na sociedade organizada gerou um sentimento de inferiorização e de negação do próprio negro enquanto um dado da realidade brasileira. Assim, ainda hoje, é considerado um dos maiores desafios para o movimento social negro tem sido a dificuldade dos próprios negros se auto identificarem politicamente como negros. É possível perceber os reflexos que essa construção ideológica de dominação racial trouxe para os negros brasileiros, segundo Ianni:

> “Nesse sentido é que essa ideologia é uma técnica de estigmatização recorrente, reiterada em diferentes fórmulas e verbalizações, desenvolvendo a metamorfose da marca em estigma. Sob vários aspectos, essa ideologia racial é transmitida por gerações e gerações, através dos meios de comunicação, da indústria cultural, envolvendo também sistemas de ensino, instituições religiosas e partidos políticos; e tem sido continuando a ser; um componente nuclear da cultura da modernidade burguesa.” (IANNI, 2005, p. 4)

Em que medida o Movimento Negro foi importante para Mariene encontrar as mudanças em seu posicionamento sobre o fato de ser negra? As discussões nos anos iniciais do YLA-DUDU mostraram que ela não era a única a sofrer com o racismo e se negar enquanto negra, esse problema era coletivo e que por meio de

algumas ações afirmativas eles aos poucos passariam a valorizar a própria identidade. No caso, o exemplo Mariene as marcas poderiam até ser mais profundas, devidos aos anos de preconceito não apenas racial, mas também social, de gênero e deficiência física. Como as ações afirmativas foram fundamentais em seu processo de reconhecimento e aceitação pessoal? Qual a importância do YLA-DUDU para a emancipação da pesquisada?

O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU foi criado no dia 9 de março de 1991 em Angra dos Reis, o Estatuto[1] do grupo o define como "uma entidade sem fins lucrativos com duração por prazo indeterminado e atuação em todo território nacional." Seu surgimento está relacionado a uma série de discussões estabelecidas no Grupo de Agentes Pastorais Negros, que foram inspirados na Campanha da Fraternidade[2] de 1988, cujo tema "Ouvi o clamor deste povo", organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) mobilizava um amplo debate nacional, principalmente em torno do centenário da abolição e da discriminação racial persistente na sociedade brasileira.

A partir deste momento, alguns dos agentes pastorais negros sentiram a necessidade de ampliar o movimento e, neste sentido, partir para a criação de um novo grupo sem distinção de credo, raça, sexo e filiação político partidária onde poderiam ser ampliadas as perspectivas em relação à problemática na sociedade, com a proposta de implementar as discussões sobre relações raciais e promover a igualdade racial no município de Angra dos Reis e se articular a outras entidades antirracista no Brasil.

Ao longo de seus anos de existência foram feitas várias parcerias com outras instituições como Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sape), Quilombo Santa Rita do Bracuí, que neste caso teve participação ativa na formação e fundação da Associação dos Remanescentes de Quilombo Santa Rita do Bracuí, e se envolveu no inventário que reconheceu o JONGO como Patrimônio Imaterial do Brasil em 2005, revitalizando as rodas de JONGO nos Quilombos Santa Rita do Bracuí, Campinho da Independência e Marambaia que posteriormente deu origem na Fundação do Pontão do Jongo/Caxambu, que abrange 16 comunidades jongueiras de várias cidades - Angra, Paraty, Valença, Pinheiral, Barra do Piraí, Vassouras, Carangola, Santo Antônio de Pádua, Miracema entre outras.

[1] O estatuto do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, encontra-se disponível para consulta no anexo C.

[2] Cartaz da Campanha da Fraternidade encontra-se ilustrado no anexo D.

Entre as parcerias estabelecidas pelo YLA-DUDU é importante salientar as que se relacionam ao âmbito educacional, criadas com o Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe), Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angra dos Reis, e com a Universidade Federal Fluminense (UFF), onde o Grupo de Consciência auxiliou na organização, elaboração e do desenvolvimento do curso "Negros e Negras em Movimento" que se desdobrou na proposta que criou o Curso de Pós-Graduação "Diversidade Cultural e Interculturalidades: matrizes indígenas e africanas na educação brasileira." Voltados para a capacitação de professores da rede municipal e estadual, os dois cursos concentravam seus debates nas questões sociais, culturais, políticas e educacionais que envolvem a população negra brasileira sob a Lei 10.639/03, como argumentam os professores do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal Maria das Graças Gonçalves e Jose Luiz Cordeiro Antunes, responsáveis pelo projeto:

> "O trabalho em destaque favorece o movimento de abertura para a realização de múltiplas interações entre a Universidade e os diferentes atores sociais, no âmbito dos poderes públicos locais de Angra dos Reis, materializadas em projetos pedagógicos oriundos de diferentes escolas públicas, e também com a sociedade civil, em especial com o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, de Angra dos Reis. Discutindo, articulando saberes, estabelecendo debates, reconhecendo os sujeitos cognoscentes e realizando sistematizações contribuem para os processos de formação continuada dos educadores presentes no espaço escolar e em outros espaços de nossa sociedade." (GONÇALVES; ANTUNES, 2008, p.69)

Embora o Grupo de consciência negra YLA-DUDU participe em diversos setores da sociedade em que se observe a marca do racismo e dialogue com diferentes instituições estabelecendo parcerias, como consta no Art. 23 de seu Estatuto "O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU poderá estabelecer parceria com grupos de articulação religiosa, cultural, político e educativo em todo território nacional." Salienta-se neste trabalho o envolvimento com uma questão fundamental para o desenvolvimento de uma consciência que combata as desigualdades raciais - a educação - ao deliberar sobre este assunto o YLA-DUDU se aproxima de outras entidades negras que historicamente se envolvem por oferta e educação de qualidade no Brasil capaz de promover o combate aos preconceitos raciais.

De acordo com o Estatuto do YLA-DUDU no Art. 2 item C "Desenvolver projetos de educação informal, especialmente com crianças e adolescentes, com a

finalidade de resgatar a identidade cultural das populações negras e mestiças, negadas pelo sistema educacional formal e pelas estruturas ideológicas do sistema social e político brasileiro;" Sendo uma das finalidades do Grupo, ao longo de sua trajetória encontramos vários exemplos desse envolvimento, alguns inclusive com importantes conquistas, como os acima citados.

O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, como outras entidades negras que buscam combater a discriminação racial e afirmar a construção de uma identidade racial negra positiva, seja por meio de atividades culturais, atos públicos, estratégias políticas, iniciativa educacional entre outras formas de manifestação, pode se constituir como um exemplo de movimento social negro, onde as ações coletivas e individuais permitem revelar elementos da trajetória de militância histórica do grupo.

A memória dos militantes para a discussão sobre entidades negras no Brasil destaca o seu papel de fonte histórica na constituição de um conhecimento e aprofundamento dos debates sobre a construção de uma sociedade mais democrática e combativa às manutenções de práticas racistas.

Ao privilegiar a história oral enquanto metodologia fundamental do trabalho, tentarei ao longo do primeiro capítulo uma apresentação conceitual, bem como um debate teórico-bibliográfico sobre as contribuições e delimitações deste método qualitativo de pesquisa historiográfica, suas principais vantagens e potencialidades, buscando me precaver de suas limitações que os rigores metodológicos exigem da ciência acadêmica. A escolha da história oral se deu por diferentes motivos, além dos critérios pessoais de afinidade com a metodologia, soma-se o fato de buscar o encontro de uma metodologia que privilegia a oralidade frente à primazia da escrita, uma vez que os objetos de estudo têm uma forte identidade negra e das africanidades, culturas fortemente influenciadas pela construção de significados através da palavra falada[3]. Além de questões organizacionais e estruturais, uma vez que existem certas dificuldades ao acesso de documentos escritos do YLA-DUDU, porém, os que forem levantados para análise serão de grande valia para o confrontamento das informações fornecidas pelos militantes entrevistados. Para o enriquecimento do trabalho e aumento dos ganhos metodológicos, autores canônicos da história oral sugerem a interdisciplinaridade como um possível caminho de organização estrutural da pesquisa, a apostando nessa visão, este

[3] Para Oralidade africana ver mais em Hempaté-Bâ (1982).

trabalho propõe uma possível relação entre história e linguística aplicada, com viés na análise narrativa[4] de perspectiva sócio interacional, ao conjecturar as entrevistas em história oral como uma interação face a face, na qual o entrevistador e o entrevistado ao co-construírem esta interação possibilitam a construção de narrativas.

Todo este debate se fundamenta na estrutura metodológica da pesquisa, como alicerce necessário aos posteriores temas a serem discutidos ao longo deste trabalho, ao analisar as narrativas dos militantes do YLA-DUDU, tentarei considera-las como fontes históricas e utilizá-las como objeto de análise e realização da construção não apenas da trajetória do Grupo de Consciência, mas também como análises comparativas entre as próprias entrevistas dos militantes e os diferentes documentos e arquivos da entidade, assim como uma análise bibliográfica dos temas abordados pelos entrevistados, que também fazem parte da pesquisa ao constituir o cerne do primeiro capítulo.

Trago assim o YLA-DUDU, para a ampla pauta de debate acadêmico sobre a organização e estrutura dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil, buscando inclusive enquadrar e compreender esta entidade de Angra dos Reis enquanto um movimento social negro, buscando nas complexas definições que tornam possíveis esta conjectura.

Embora seja necessário a reconstrução da trajetória histórica do YLA-DUDU, bem como sua contextualização e classificação enquanto movimento social, a principal problemática que motivou a elaboração deste trabalho, se deu em torno do envolvimento desta entidade em prol de uma educação como instrumento de superação das discriminações raciais, se articulando a organizações e instituições públicas que se engajassem nesta causa criando ações estratégicas de formação profissional aos educadores. O YLA-DUDU ao demonstrar esta preocupação ao longo de sua existência, possibilita uma reflexão mais profunda ainda, no que pretendo que seja o segundo capítulo, sobre a importância da educação nas ações coordenadas pela entidade, e para os próprios militantes.

No terceiro e último capítulo, apresento a trajetória de vida de uma das militantes e fundadoras do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, Mariene Florentino da Silva Caetano. Buscarei compor sentidos sobre sua narrativa de vida a partir de uma primeira entrevista realizada em sua casa, sem nenhum tipo de pauta

[4] Para Análise de Narrativa ver mais em Labov(1972), Mishler (2002), Joupart (2014) e Biar (2015).

ou perguntas pré-definidas, simplesmente, deixei que suas memórias e lembranças do passado fossem fluindo, intervindo apenas em certos pontos, quando minhas curiosidades eram aguçadas por suas palavras.

Ainda no terceiro capítulo proponho uma análise mais profunda de um fragmento retirado de sua entrevista, para esta tarefa, utilizarei as contribuições da Análise de narrativa de perspectiva sócio interacional, em um movimento interdisciplinar com a história oral, como já apresentado. Neste fragmento tentarei identificar tanto a identidade que Mariene constrói em sua narrativa, quanto suas atividades pedagógicas como antirracistas, ao equipará-las as de outras mulheres negras no Brasil, e como estas se complementas, se configurando em uma provável ampliação das possibilidades teóricas e metodológicas do feminismo negro com viés na pedagogia feminista negra.

Acima de todas as questões debatidas e apresentadas, não se pode deixar de mencionar a limitação ética no trabalho acadêmico, ao se realizar pesquisa com seres humanos, sujeitos históricos, que neste caso foi produzida através de entrevistas, todas as narrativas gravadas tiveram o consentimento e autorização dos entrevistados mediante documentação. Por se tratar de um trabalho que buscar dar visibilidade e projetar as ações de um movimento social negro em nível acadêmico, os militantes envolvidos tiveram seus nomes mantidos como parte de sua identidade enquanto protagonistas de uma história.

Gostaria de justificar este trabalho a partir de uma resposta dada pela professora da Universidade Federal Fluminense Iolanda de Oliveira em uma entrevista[5], quando questionada sobre o contexto político da institucionalização da Lei 10.639/03:

> "Posto que o movimento negro de longa data viesse já reivindicando a alteração dos currículos escolares apontando a questão racial como fator de seletividade escolar e que estava colocando a população negra em situação de inferioridade frente ao acesso e permanência no sistema educacional brasileiro." (OLIVEIRA, 2013 *apud*[6] GONÇALVES; MACHADO, 2013, pág. 192)

[5] Entrevista cedida às professoras Maria Alice Rezende Gonçalves e Elielma Ayres Machado para a Revista Teias.

[6] Entrevista cedida às professoras Maria Alice Rezende Gonçalves e Elielma Ayres Machado para a Revista Teias.

Ao destacar a pressão política promovida pelo movimento negro, Iolanda de Oliveira evidencia a educação como uma das reivindicações fundamentais para o combate às desigualdades raciais. A quase inexistência de pesquisas relativas ao Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU de Angra dos Reis, bem como a atuação desta entidade negra articulada aos debates educacionais, uma vez que as parcerias com a Universidade Federal Fluminense resultaram em cursos de capacitação e especialização para o debate e a aplicação da Lei 10.639/3 ofertados aos educadores da região Sul Fluminense. Desta forma, este trabalho busca contribuir para uma reflexão sobre as formas de atuação do YLA-DUDU, movimento negro de Angra dos Reis, junto a entidades públicas pela promoção de uma educação que amplie o combate às desigualdades raciais.

Sendo assim, este trabalho soma-se a outras publicações científicas interessadas em investigar o processo de constituição dos movimentos negros no Brasil contemporâneo e demonstram o quanto vêm aumentando recentemente o interesse acadêmico pelas entidades e negras que se voltam para o combate às desigualdades raciais e propõem a elaboração de políticas de ações afirmativas para negros e negras.

Não obstante, muito ainda há de ser produzido, o tema não se esgota e as muitas contribuições ainda podem ser dadas afim de se reconstruir a trajetória histórica dos movimentos negros contemporâneos existentes pelo Brasil, através das narrativas orais e/ou fontes documentais geradas pela experiência da militância dos sujeitos que lutaram e ainda lutam, e oferecem à sociedade brasileira o amplo debate sobre igualdade, justiça e democracia.

1- Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU: Origem e Características

1.1– A complexidade dos Movimentos Sociais e a representação da Luta Negra

Neste texto, pretendo apresentar um marco teórico sobre os movimentos sociais e o entendimento do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU enquanto um movimento social negro contemporâneo. Atuante no município de Angra dos Reis, região sul fluminense desde 1988.

Considero esta teorização imprescindível enquanto base fundamental do objeto de estudo em análise e sua relação com a educação no município de Angra dos Reis, esta relação gera inúmeros outros fenômenos que serão abordados ao longo deste trabalho, e neste momento reservo a função de promover um possível entendimento dos fundamentos teóricos do Movimento Social Negro Contemporâneo.

Neste início de reflexão, busco esclarecer o que são movimentos sociais e para tal empreendimento foram de grande valia as contribuições de Maria da Glória Gohn (1997, 2009 e 2010), e serão nesta primeira etapa de apresentação, citados a fim de esclarecer os objetivos e ações do Movimento Social Negro Contemporâneo enquanto movimento social.

Se por um lado existe dificuldade em se encontrar estudos dedicados às teorias a respeito dos movimentos sociais no Brasil, o interesse na investigação sobre eles vem provocando um aumento na produção acadêmica nacional, desde análise de seus desdobramentos concretos até a intervenção destes movimentos, sejam eles de mulheres, negros, idosos, homossexuais, rurais ou urbanos na luta contra a opressão social e busca por melhores condições de vida.

Ao acompanhar de forma sistemática os movimentos sociais, Gohn explica que não existe uma definição específica para os movimentos sociais, porém, segundo ela estes são:

> "Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas

> em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média e longa duração histórica, nos quais se observam ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto da mudança social e histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressistas como conservador ou reacionário dependendo das forças sociopolíticas a que estão articuladas, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem a problemática conflituosa da sociedade onde atuam." (GOHN, 1997 p. 251-252)

A citação é extensa, no entanto seus apontamentos são fundamentais para a constituição deste texto, a autora expressa certa temeridade ao formular este conceito, tamanha sua complexidade e abrangência. Portanto, convém salientar que a exposição de conceitos e características destacadas anteriormente sobre os movimentos sociais não buscam ensaiar uma conceituação, este conjunto de apontamentos e a reunião de conceituações expostas, afirmam uma concepção geral sobre os movimentos sociais, que dão sustentação a desdobramentos posteriores.

Ainda segundo Gohn (1997), os movimentos sociais são históricos e se configuram de formas diferentes, no tempo e no espaço. É uma ação dos homens na história: "Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamentação à ação. Trata-se de uma práxis, portanto." (GOHN, 1997, p.247). Partindo desse pressuposto, convém abrir um parêntese e buscar compreender o cenário sociopolítico[7] que 'motiva ou dá fundamentação a práxis', ou seja, destacar os elementos estruturais que condicionaram os chamados Novos Movimentos Sociais no Brasil durante a década de 1980.

[7] É importante analisar o *cenário sociopolítico* em que o movimento se desenvolve por ser ele quem fornece os elementos conjunturais que explicam o processo interativo e a correlação de forças existentes. Assim, o que Tarrow denomina estrutura das oportunidades políticas nada mais é que o contexto das pautas e agendas colocadas pelos movimentos e pelos órgãos públicos e empresas responsáveis por certos bens demandados. (GOHN, 1997, p. 262)

A contextualização portanto se torna indispensável, uma vez que a erupção dos chamados Novos Movimentos Sociais tanto no Brasil quanto nos outros países da América ocorre durante a década de 1980. Este processo histórico foi analisado pelo sociólogo Boaventura Sousa Santos e seus apontamentos serão citados neste trabalho para uma melhor compreensão de seus elementos estruturais.

Segundo Santos (1999), o capital irá se reajustar à crise do regime fordista e às instituições inspiradas neste modelo de produção a partir da década de 1960, como o que ele denominou de *difusão social da produção*[8] e este por sua vez, como consequência, possibilitou o *isolamento das classes trabalhadoras na produção*[9]. Porém, no ínterim do processo de difusão social, ocorre também a emergência de movimentos emancipatórios, novas práticas de mobilização e seus protagonistas, em fato que o próprio Boaventura classificou como contraditório:

> "A contradição reside em que a hegemonia do mercado e seus atributos e exigências atingiu um nível tal de naturalização social que, embora o quotidiano seja impensável sem ele, não se lhe deve, por isso mesmo, qualquer lealdade cultural específica. É assim socialmente possível viver sem duplicidade e com igual intensidade a hegemonia do mercado e a uta contra ela. A concretização desta possibilidade depende de muitos fatores. É, por exemplo, seguro dizer que a difusão social da produção e que o isolamento político do movimento operário facilitou a emergência de novos sujeitos e de novas práticas de mobilização social." (SANTOS, 1999, p. 221)

O que o autor português busca destacar é a identificação de uma interseção de dupla relação entre "regulação e emancipação, subjetividade e cidadania" nos Novos Movimentos Sociais. Se por um lado a reestruturação do modelo macroeconômico promoveu a progressiva "desintegração política do movimento operário", incapaz politicamente de atender a todas as novas demandas do ambiente cultural por não estar mais inserido em uma sociedade industrial, por outro lado, as mudanças ocorridas na sociedade industrial promoveram o aparecimento de novas formas de ação coletiva. Ainda de acordo com Souza, os Novos

[8] A *difusão social da produção* assume várias formas. É, antes de mais, a descentralização da produção através da transnacionalização da produção (a "fábrica difusa"), a fragmentação geográfica e social do processo de trabalho, com a transferência para a periferia do sistema mundial das fases produtivas mais trabalho-intensivas, do que resultou uma certa desindustrialização dos países centrais e a industrialização ou re-industrialização dos países periféricos. (SANTOS, 1999, p. 216)

[9] O *isolamento político das classes trabalhadoras na produção* está obviamente ligado aos processos que acabei de descrever e constitui, de facto, a outra face da difusão social da produção. As várias dimensões da difusão social da produção contribuíram, cada uma a seu modo, para a transformação do operariado em mera força de trabalho. (SANTOS, 1999, p. 218)

Movimentos Sociais atuam;

> "Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMS denunciam, com radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem, não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo." (SANTOS, 1999, p. 222)

Sendo assim, a origem do Movimento Negro no Brasil, se contextualiza neste cenário e pode ser identificado como um Novo Movimento Social. O sociólogo Jeffrey Alexander concebe assim o termo movimento social:

> "[...] diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formam com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais." (ALEXSANDER, 1998, p. 01)

Pereira (2010) aponta e discuti alguns aspectos que permitem a diferenciação entre o movimento negro contemporâneo e o movimento negro existente em períodos anteriores a década de 1970 no Brasil:

> "[...] considero o movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz a diversidade e pluralidade característica desse movimento social." (PEREIRA, 2010, p. 81)

Para Maria da Glória Gohn (2010), o movimento negro, ou segundo ela própria nomeia "Movimento Afrodescendente" é também concebido como um movimento social a partir da década de 1970, onde "deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser também movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial." (GOHN, 2010 p. 109)

Sendo assim, em um possível paralelo teórico das proposições de Gohn (1997, 2009 e 2010) e Santos (1999) sobre a atuação dos Movimentos Sociais Negros no campo de luta contra o racismo, destacam-se as ressignificações e construções identitárias, construídas a partir de uma atuação tanto coletiva quando individual, sendo em relação as ressignificações, a busca do movimento negro em traçar um diálogo intercultural com outros movimentos sociais, tais como o Quilombola, Rural, Ecológico, Feminista, etc. e indicar que esses movimentos podem ter pautas comuns sem perder suas especificidades de luta, alargando as práticas emancipatórias e dos conhecimentos identitários de seus sujeitos .

O objetivo deste texto não é findar o debate sobre o que são movimentos sociais, apenas compreende-se que o resgate de suas matrizes históricas deve fundamentar nosso objeto de estudo, pois necessita-se relacionar o Movimento Social Negro Contemporâneo com as demais lutas sociais individuais ou coletivas e compreender suas implicações na educação.

Logo, o objeto em análise deste trabalho, O YLA-DUDU - Grupo de Consciência Negra de Angra dos Reis, atuante no município desde 1988 se enquadra nas definições de Amilcar Araújo Pereira (2010) como um “Movimento Social Negro Contemporâneo”. Mas também, converge com pontos apontados por Gohn e Santos, como Veremos a seguir.

Por tudo isso, compreender a relação dialética existente entre a luta histórica dos movimentos sociais e a luta do Movimento Social Negro se torna o ponto de partida e de chegada para compreensão das reivindicações e contestações do movimento social em questão por reparações e igualdade social. Volto aqui a relembrar Gohn, quando esta afirma que os movimentos sociais:

> “[...] têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática.” (GOHN, 2011, p. 336)

O Movimento Social Negro, ao observar que a população negra brasileira historicamente discriminada racialmente, marginalizada e excluída dos bônus sociais que este país tem produzido, inclusive de algumas políticas públicas universais de boa qualidade, luta não apenas para ser incluídos nas agendas de

políticas públicas, mas também contra as desigualdades que impossibilitam a formação de uma sociedade democrática no Brasil.

1.2– YLA-DUDU: Grupo de Consciência Negra de Angra dos Reis

Após as apresentações do marco teórico sobre os movimentos sociais, o objeto em análise deste trabalho, O YLA-DUDU - Grupo de Consciência Negra de Angra dos Reis atuante no município desde 1988 pode ser entendido em acordo com as definições de Maria da Glória Gohn (1997, 2009, 2010), Boaventura de Souza Santos (1999) e Amilcar Araújo Pereira (2010) como um "Movimento Social Negro Contemporâneo".

Em sua tese de doutorado sobre a importância do Jongo na Educação Maroun (2013) ao se referir ao Grupo de Consciência Negra de Angra dos Reis, também o concebe enquanto um Movimento Negro e destaca a trajetória de vida de Délcio Bernardo[10], a autora ressalta principalmente:

> "Sua participação na fundação e organização do movimento negro de Angra dos Reis, o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU. Este tem como objetivo principal fomentar o debate acerca da importância das políticas públicas afirmativas, da educação para as relações étnicorraciais, do combate ao racismo, corroborando com os objetivos dos movimentos negros, que foram sendo formados pelo Brasil, com maior força, a partir da década de 1980. Dentre as reivindicações dos movimentos negros que se formavam estavam as demandas pela educação, dentre as quais podemos destacar: o combate à discriminação racial e a veiculação de ideias racistas na escola; melhores condições de acesso ao ensino pela população negra; reformulação dos currículos escolares visando a valorização do papel do negro na história do Brasil e a introdução de matérias como história da África e Línguas Africanas; a participação dos negros na elaboração dos currículos em todos os níveis e órgãos escolares." (HASENBALG, 1987 *apud*[11] MAROUN, 2013, p. 99-100)

Em entrevista cedida para o trabalho da pesquisadora, Délcio comenta:

---

[10] Délcio Bernardo, jornalista e servidor público na prefeitura de Angra dos Reis é um dos fundadores e principal articulador do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, coordena as principais atividades do Movimento no município e região sul fluminense, estabelecendo parcerias com entidades públicas e instituições privadas.

[11] HASENBALG, Carlos Alfredo. O Negro nas Vésperas do Centenário. Estudos Afro-Asiáticos. n.13, p. 79-86, 1987.

> "A gente começa a discutir o movimento negro em Angra em 1987 e aí em 1988, com o centenário da abolição a Igreja Católica fez uma campanha da fraternidade[12] pra escutar o clamor desse povo. Eu tava na coordenação dessa campanha, e aí se fortaleceu essa ideia de se criar o movimento negro. Então a gente sentou, discutiu, discutiu e só fundou o movimento negro em 1991, em 9 de março de 1991." (MAROUN, 2013, pág. 100)

A partir dessa conceituação teórica e da importância história que o Movimento Negro de Angra dos Reis adquire politicamente, torna-se fundamental para os objetivos desta pesquisa resgatar a trajetória de atuação e militância do YLA-DUDU, bem como sua contextualização histórica a partir da década de 1980.

Em sua fala, Délcio destaca dois momentos importantes para as discussões que levaram à criação do Grupo, a Campanha da Fraternidade e o centenário da Abolição.

O ano de 1988 foi emblemático por marcar o primeiro Centenário da Abolição, em um momento de grande debate político que envolvia o processo de redemocratização e promulgação da constituição, segundo Pereira, "houve grande mobilização e um acentuado crescimento do movimento negro em todo o país", sendo importante também para a cidade de Angra dos Reis, que se sentiram motivados pela mobilização nacional, e levaram as discussões para a criação de um Grupo de Consciência Negra no município, esta "grande mobilização" é lembrada por Délcio Bernardo através das campanhas feitas pelo MNU:

> "A década de 1980, o MNU, que é o Movimento Negro Unificado, ele vai começar a estabelecer uma série de campanhas: Reaja à violência racial, Beije sua preta em praça pública, trazer a discussão sobre o 20 de novembro, sobre Zumbi, em contraponto com o 13 de maio, e aí assim, esse Movimento começa a ganhar um outro caráter, começa de fato a provocar a criação de outros grupos, em várias partes do Brasil, e com Angra não foi diferente" (informação verbal)[13].

Amílcar Pereira destaca ainda no ano do centenário da Abolição uma manifestação realizada no Rio de Janeiro, a Marcha contra a farsa da abolição,

[12] A campanha da Fraternidade é realizada anualmente pela Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem como objetivo despertar a solidariedade entre os fiéis e a sociedade, os temas escolhidos anualmente visam o debate acerca de um problema da sociedade brasileira buscando possíveis caminhos para a solução.

[13] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

como importante ato público para a projeção do debate sobre o racismo a nível nacional:

> "Segundo vários ativistas entrevistados para esta pesquisa, o ano de 1988 foi um verdadeiro marco na história do movimento negro contemporâneo no Brasil. O centenário da abolição da escravatura foi considerado por diversos setores do movimento como momento ideal para provocar a discussão sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Um dos principais eventos realizados pelo movimento, nesse sentido, foi a "Marcha contra a farsa da Abolição", realizada em 11 de maio de 1988 na Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, cujo cartaz de divulgação tinha como título "Nada Mudou – Vamos mudar" e apresentava duas imagens justapostas: uma gravura representando negros sendo vendidos como escravos antes de 1988 e uma fotografia contemporânea de negros amarrados pelo pescoço com uma corda, sendo vigiados por um policial. Essa Marcha do Rio de Janeiro acabou ganhando repercussão nacional e internacional, em função do grande aparato militar disponibilizado pelo exército brasileiro para impedir a passagem dos militares negros pelo busto de Duque de Caxias, que fica em frente ao Comando Militar do Leste ao lado da Central do Brasil." (PEREIRA, 2010, p. 227)

Embora o Movimento Negro de Angra dos Reis ainda estivesse iniciando seus primeiros debates, a discussão nacional se projetava e mobilizava novos agentes e militantes a participar e fortalecer a causa, fato este que podemos comprovar na fala de Délcio Bernardo, que participou da Marcha destacada por Amílcar Pereira:

> "Nós fizemos a primeira discussão, o primeiro debate dentro da campanha da fraternidade no Convento do Carmo sobre a questão racial, alguns de nós participou da Marcha, no Rio, que foi uma marcha emblemática pra caramba, que é a Marcha do 13 de Maio, que a polícia parou e não deixou o pessoal chegar até o busto do zumbi. Então a gente meio que acompanhou aquele ambiente de discussão que estava tendo a nível nacional e começamos a debater a possibilidade de um Grupo de Consciência em Angra" (informação verbal)[14].

Além do Centenário, Délcio identifica também a Campanha da Fraternidade (CF) realizada pela Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, no Centro de Angra dos Reis como um espaço de debate e discussão importante para a criação do Movimento Negro de Angra dos Reis. A Campanha da Fraternidade é uma campanha realizada anualmente pela Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil,

[14] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

sempre no período da Quaresma. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução.

> "Aí em 88, a Igreja Católica, mais precisamente, a Paróquia do Centro aqui, a gente tinha um Grupo Jovem e a gente pegou o gancho da Campanha da Fraternidade, que a igreja naquela época colocou, se eu não me engano, o tema era escutai o clamor deste povo, e o lema era um questionamento se de fato nós negros nos sentíamos livres no Brasil" (informação verbal)[15].

A cada ano é escolhido um tema, que define a realidade concreta a ser transformada, e um lema, que explicita em que direção se busca a transformação. Em 1988, o tema escolhido foi "Fraternidade e o Negro", que teve como lema "Ouvi o clamor deste povo!" Porém, segundo o próprio Délcio não eram apenas os agentes de pastorais ligados à igreja católica que se envolviam nas discussões para a criação do Movimento Negro:

> "A gente nesse momento começou a discutir, e quem esse "a gente" que eu tô falando? Eram militantes do grupo jovem, militantes do Partido dos Trabalhadores, militantes de outros grupos e outros partidos inclusive, então a gente começou essa conversa por volta 86, 87, conversar sobre essa possibilidade" (informação verbal)[16].

A fala de Délcio possibilita a compreensão de uma ampliação do debate sobre a criação do Movimento, contando com a participação em outros espaços e de diferentes posicionamentos políticos. Um reflexo do momento democrático que o Brasil tanto almejava, e das reflexões sobre a cidadania no país que a nova Constituição ainda em debate público propunha.

A partir das discussões que fortaleceram a criação do Movimento Negro de Angra dos Reis e dos diferentes agentes envolvidos em sua formalização, Délcio destaca que a concretização deste possibilitou a uma abertura capaz de aglutinar o maior número de militantes, agentes e simpatizantes possível, justamente por ter um caráter heterogêneo, não se restringindo a nenhum espaço religioso ou partidário, uma vez que a causa de sua criação se dá em torno da questão racial:

---

[15] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

[16] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

> ”Teve várias discussões, se ele teria um caráter partidário, se ele teria um caráter religioso, se ele não partiria de nenhum desses dois vieses e aí a gente optou pra que ele não tivesse nenhum vínculo nem religioso nem partidário, até porque a gente entendia que a questão racial ela transcendia a questão partidária e a questão religiosa. A gente foi conversando, conversando, e esse Grupo de fato se formalizou. Ele já existia na discussão mas não formalizado, então foi em 9 de março a gente formalizou o grupo como instituição com CNPJ, aquela coisa toda, e aí que a gente até deu esse nome Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, que em Ioruba significa Grito Negro” (informação verbal)[17].

Se por um lado as motivações para a criação de um Movimento Negro em Angra dos Reis recebiam influências da grande mobilização entorno da questão racial que ocorriam pelo Brasil, por outro lado, encontramos também na fala de Délcio Bernardo indícios de como se dava esta questão a nível local. As relações sociais também eram marcadas pelo preconceito racial no município, e a respeito disso Délcio resgata historicamente em sua fala situações de presença do racismo e o silenciamento sobre os negros que protagonizaram a história da cidade.

> “Pensando o caso de Angra, essa cidade, de quinhentos e tantos anos... quinhentos e catorze anos! Que teve várias construções aqui que foram feitas por pessoas escravizadas, mas que você também não via o reflexo dessa história nos livros da cidade, fossem eles didáticos ou não. Você não via essa fala nos historiadores. Então assim, o silencio, um silencio muito grande sobre a história dessa população negra que foi muito grande aqui. Então assim a gente começava a fazer esses questionamentos. E a outra, nossa condição de negros dentro das escolas, como que era isso, como a gente era tratado, todo esse ambiente que a sociedade brasileira te mostra, e não é diferente pra sociedade angrense, é claro, que ela te mostra desse silêncio em relação as pessoas negras, e quando essas pessoas são lembradas elas são lembradas de forma muito aquém do seu valor e aquém da sua história” (informação verbal)[18].

Em um artigo de sua autoria, intitulado “*Peço licença à Vovó, peço licença a meu Mestre! Jongo: uma didática a caminho da escola*”, o próprio Délcio Bernardo (2005) relembra sua trajetória de militância nas mais variadas esferas de debates e destaca a situação racial no município que levou à criação do YLA-DUDU, bem como as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de militância.

[17] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

[18] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

> "Através das lutas pela terra, das organizações em grupos de jovens, associação de moradores, movimentos ambientais e outras espaços de construção de saberes e conhecimentos, iniciei a minha militância no Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, primeira e única entidade (depois dos escravizados) fundada em Angra com objetivo de lutar contra o preconceito racial e a favor da valorização do povo e da cultura negra. A partir desse momento, a escola já era um espaço em que, muito sutilmente, eu conseguia implementar algumas discussões sobre relações raciais, e na maioria das vezes, era taxado de ser racista e estar mexendo com coisa do passado." (BERNARDO, 2005, p. 47)

A proximidade entre as colocações de Délcio em seu texto e em sua narrativa são notórias e merecem destaque, pois a falta de um debate amplo no município sobre a questão racial leva o YLA-DUDU a atuar em diferentes espaços e buscar parcerias com diversas entidades, principalmente as relacionadas com a educação. Em outra passagem de sua narrativa, Délcio faz menção a esta questão nos primeiros anos de militância no YLA-DUDU.

> "A partir daí a gente começou a fazer várias parcerias, com a Secretaria de Educação, com outros movimentos sociais, na intenção de você debater a questão racial. Essa acusa, essa acusação de que as pessoas tinham de que a gente que era racista, porque tava mexendo com uma coisa que estava adormecida a muito tempo, o silencio de não falar sobre as questões raciais pras pessoas era melhor do que você discutir. Entender o que aconteceu com esse país, até porque é muito difícil você conseguir entender o brasil se você não compreender a questão racial" (informação verbal)[19].

Délcio vai adiante em sua fala, posicionando a importância do YLA-DUDU dentro do município, em contexto que muito pouco ou quase nada se falava sobre a questão racial.

> "O YLA-DUDU tentou fazer esse caminho, de tirar um pouco essas histórias do Silêncio, e aí quando você tira as pessoas da sua zona de conforto você acaba também incomodando essas pessoas, e a gente sempre trabalhou com a lógica de não acusar as pessoas de racistas, mas sim de entender que elas reproduzem o racismo" (informação verbal)[20].

Ele exemplifica esta situação relatando um fato que aconteceu nos seus primeiros anos de militância à frente do YLA-DUDU, e que serve para ilustrar alguns

[19] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

[20] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

dos julgamentos feitos sobre a existência de um Movimento Negro em Angra dos Reis:

> "A nossa ideia era de trazer esse debate sobre relações raciais pra Angra, e foi interessante, eu sempre cito isso, sou até meio repetitivo, mas foi interessante quando a gente fundou o grupo fizemos uma atividade na praça, alguns jornais noticiaram que, não existe isso, mas assim... que era desnecessário você criar um grupo de consciência negra em Angra, porque Angra não tinha racismo, até teve uma figura que mandou uma cartinha pro jornal, e essa pessoa dizia que nós éramos pessoas frustradas, não tínhamos conseguido ascensão na vida, por isso a gente estava buscando, tentando achar um meio de ascender ou de aparecer pra sociedade. Então foi uma cartinha que inclusive até hoje eu tenho essa carta guardada, a pessoa se identificou até como Andezenete de Paula, mas é lógico que era um codinome" (informação verbal)[21].

1.3– Atuação do YLA-DUDU

Em seu artigo sobre a importância do jongo para a educação, Maroun (2011) destaca a relação de Délcio inicialmente com a capoeira, nos primeiros anos de atuação no movimento negro:

> "A partir da criação do movimento negro, na divisão de tarefas para discutir relações raciais em Angra dos Reis, Délcio optou por trabalhar com a capoeira, isto é, ensiná-la aos jovens e crianças negras." (MAROUN, 2013, p. 100)

Em sua narrativa, Délcio Bernardo comenta sobre este momento e como esta experiência foi importante para que o jongo pudesse se tornar também uma das atividades estimuladas pelo YLA-DUDU:

> "A gente resolveu criar um grupo de capoeira dentro do YLA-DUDU, que a gente pudesse conversar com os garotos sobre isso, sobre a sua condição de menino negro, de garoto pobre, e a gente fez esse grupo e eu até fiquei a frente nesse grupo durante uns 5 anos, e foi à frente desse grupo que nós recuperamos a nossa história com o Jongo" (informação verbal)[22].

[21] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

[22] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

A ponte que a capoeira estabeleceu com o jongo foi importante para o desenvolvimento de atividades que ampliassem o debate sobre a questão racial e da identidade negra dentro do Grupo de Consciência, como argumenta Maroun:

> "Sendo assim, nesse período do início da década de 1990, simultaneamente ao seu trabalho com a capoeira no movimento negro, ele começa a buscar contato com os velhos jongueiros ainda vivos, dentre os quais havia alguns familiares, como tios e tias, uma vez que seus pais já haviam falecido. Pensando na discussão sobre identidade negra no movimento negro pelo viés do trabalho com o jongo, ele toma a iniciativa de reconstruir a memória em torno desta prática entre seu grupo familiar e outros velhos jongueiros para, a partir disso, trabalhá-lo no contexto da discussão das relações raciais da juventude negra de Angra, isto é, de trazer um debate sobre uma educação para as relações étnicorraciais." (MAROUN, 2013, p. 100-101)

Em seu artigo Délcio também salienta esta importância entre os espaços que o YLA-DUDU foi conquistando e tornando mais amplo as discussões acerca da questão racial no município de Angra dos Reis, tendo sempre o campo da educação, seja na escola, na capoeira ou no jongo como uma importante aliada no combate ao preconceito racial e à valorização da identidade negra, segundo Délcio:

> "Foi esse movimento que garantiu minha permanência na escola. Entendi que era preciso conquistar o espaço escolar perdido pelos(as) jongueiros(as) do passado, abrir novas perspectivas para os descendentes desse grupo, ocupar os espaços, até então mais frequentados pelos grupos privilegiados da sociedade, promover as discussões sobre cultura negra, preconceito, racismo, etnia, valorização do conhecimento e dos grupos de cultura popular, que normalmente são tratados como figuras folclóricas, usados para comemorar o dia do folclore." (BERNARDO, 2005, p. 48)

Também foi de responsabilidade do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU a solicitação em 1995 à Câmara dos Vereadores, aos vereadores João Luiz dos Remédios e Paulo César Benzi onde pedia ao Legislativo a mudança de nome da Praça Duque de Caxias para Zumbi dos Palmares. A solicitação foi atendida e aprovada pela Câmara dos Vereadores por meio do parecer nº129/95/CJ – Comissão de Justiça (CJ), Processo nº002793/95, Objeto – Projeto de Lei nº052/95. Segundo Délcio:

> "O YLA-DUDU teve um papel muito importante, um outro feito que eu acho legal, é esse aqui que a gente está em frente[23], essa aqui era a praça Duque de Caxias, e a gente em 95, na nossa discussão com a Câmara de vereadores, que tinha o vereador João Luiz dos Remédios, a gente apresentou na câmara uma proposta de mudança da praça pra criar um referencial de cultura negra no município, que era a praça Zumbi dos Palmares, e esse projeto passou e foi aprovado na câmara de vereadores e hoje a gente tem aqui um busto de Zumbi e a praça Zumbi dos Palmares em que hoje está uma praça bem bacana, tem muitos movimentos e todo 20 de novembro assim, as pessoas já sabem, 20 de novembro você tem uma ação na praça do movimento negro, que vem capoeira, vem jongo, vem o pessoal das religiões de matrizes africana, umbanda e candomblé, e vem todo mundo pra cá e aqui faz toque e canta e dança, mas sempre fazendo, é sempre uma menção de reflexão, do que a gente ta vivendo e com isso a gente viu muita coisa acontecer, viu processo de cotas, que ainda é uma discussão muito latente" (Informação verbal)[24].

A aprovação do projeto de lei que mudou o nome da praça possibilitou para o município um referencial negro mobilizando um espaço para apresentações de atividades culturais de matriz afrodescendente e se tornando um local de encontro para as datas comemorativas que, e que se tornam um momento de reflexão para os debates que ainda circundam a questão racial no município e no Brasil.

1.4– YLA-DUDU e a Educação

As ações desenvolvidas pelo YLA-DUDU se refletiram em conquistas, porém as principais lideranças sabem que muito ainda há de se fazer para combater o preconceito e se chegar a tão sonhada igualdade racial. As ações elaboradas são guiadas pelas diversas finalidades presentes no Estatuto do Grupo YLA-DUDU, e se relacionam aos mais variados aspectos da sociedade, visando fundamentalmente mobilizar e articular pessoas de todas as etnias que desejam buscar unidade nacional das mesmas para fazer frente ao processo comum de marginalização, preconceitos, discriminação, estereótipos e toda sorte de estigmas disseminados na sociedade brasileira, levando-os ao empreendimento de uma luta

[23] A realização da entrevista se deu no Centro Cultural Casa Laranjeiras, que se localiza na praça Zumbi dos Palmares.

[24] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

pelos seus direitos de cidadania plena assegurados pela declaração universal dos direitos humanos e pela constituição brasileira.

O YLA-DUDU, também visa desenvolver pesquisas relacionadas às culturas de origem africanas no Brasil, mantendo e operando um centro de estudos, com o objetivo de resgatar os valores e os conceitos estruturais da visão de mundo das referidas culturas, bem como empreender estudos sistematizados das línguas africanas trazidas pelos vários grupos étnicos.

Em relação a religiosidade de matriz africana, o YLA-DUDU busca, conhecer e incentivar as comunidades-terreiros, grupos de capoeira, grupos de jongo e maracatu e tantas outras danças e festas religiosas relacionadas a causa negra, a desenvolverem projetos e atividades que contribuam para: a melhoria da qualidade de vida de seus vivenciadores, que em sua maioria são negras e marginalizadas; estimular a articulação e o desenvolvimento de ações conjuntas do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU com os demais movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida das populações marginalizadas; promover a relação do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU com os demais movimentos populares de postura democrática, visando o estabelecimento de uma relação solidária e respeitosa das diferenças culturais; contribuir na formação de militantes e adeptos para atuarem na formação do Movimento de Consciência Negra YLA-DUDU, dentro do seu com texto social, político transformador da visão de mundo.

A articulação também destina-se ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades com relação a ecologia e ao meio ambiente, dentro do que preceitua a Visão Ecológica das culturas e religiões de origem africana, objetivando: reeducar as mentes para mudar as práticas depredadoras dos ecossistemas e integrar os adeptos das religiões Afro-Brasileiras na luta pela preservação da natureza; estimular e assessorar as iniciativas sociais, políticas e culturais da população afro-brasileira; combater todas as formas de racismo, exploração ou discriminação de toda e qualquer natureza, quer sejam sexuais, sociais, econômicas, políticas, ideológicas e religiosas, onde quer que se manifeste; participar das iniciativas da Sociedade Civil Organizada e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; divulgar os conceitos estruturais da visão de mundo que norteiam os assuntos referentes à comunidade negra, através dos meios de comunicação de massa e publicações específicas, bem como ministrar cursos, palestras, seminários, conferências, shows musicais, danças, teatros, capoeira, entre outros.

Importante também para o grupo, manter e operar um centro de documentação e memória, produzindo instrumentos de comunicação que veicule informações acerca da articulação e do processo de organização dos adeptos do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU.

O envolvimento em diferentes assuntos que permeiam a sociedade e as parcerias estabelecidas consta no Art. 23 do Estatuto: “O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU poderá estabelecer parceria com grupos de articulação religiosa, cultural, político e educativo em todo território nacional.”

Embora o Movimento Negro de Angra dos Reis participe em diversos setores da sociedade em que se observa a marca do racismo e dialogue com diferentes instituições formando parcerias, a exemplo das secretarias municipais de Angra dos Reis e do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, salienta-se o envolvimento com uma questão fundamental para o desenvolvimento de uma consciência livre do preconceito racial e da formação de estereótipos pautados na cor da pele – a Educação; ao deliberar sobre neste assunto o YLA-DUDU se iguala a outros Movimentos Negros que historicamente se envolveram na luta por oferta e educação de qualidade no Brasil.

De acordo com o Estatuto do YLA-DUDU o Art. 2 item “c) Desenvolver projetos de educação informal, especialmente com crianças e adolescentes, com a finalidade de resgatar a identidade cultural das populações negras e mestiças, negadas pelo sistema educacional formal e pelas estruturas ideológicas do sistema social e político brasileiro;” Sendo uma das finalidades do Grupo, a educação esteve presente nas primeiras ações à partir de sua formalização, como cita em um artigo Délcio Bernardo:

> “O Grupo YLA-DUDU foi fundado em 9 de março de 1991, por um grupo de amigos, após a campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB, cujo tema era “Ouvir o clamor desse povo”. Com propósito de não pertencer a nenhuma instituição, política partidária ou religiosa, o YLA-DUDU realizou uma série de atividades ligadas à educação. Em seu primeiro ano de existência, promovemos atividades em mais ou menos 35 escolas do município, com peças de teatro, vídeos, debates, dança e capoeira. Ao longo de sua existência o YLA-DUDU tem sido um referencial de cultura e educação em Angra. Hoje quase todas as escolas da rede municipal e estadual promovem a Semana da Consciência Negra em homenagem a Zumbi dos Palmares, o que não acontecia antes da criação do movimento negro.” (BERNARDO, 2005, p. 47)

Atuante no campo educacional desde sua origem o YLA-DUDU buscava promover um debate sobre a questão racial entre os jovens estudantes das escolas públicas do município antes mesmo da implementação da Lei 10639/03. Esta atuação do movimento negro local, na verdade, se iguala a de outros movimentos negros existentes no Brasil que se engajaram e ainda se engajam nesta mesma luta e sendo fundamentais para o debate público que possibilitou a lei ser sancionada. As atividades desenvolvidas pelo YLA-DUDU a partir da formalização do Grupo de Consciência privilegiaram a educação como um instrumento de debate acerca da questão racial, o que possibilitou o reconhecimento do Movimento Negro e a formação de parcerias com entidades públicas, dentre elas a Universidade Federal Fluminense, como cita Délcio Bernardo:

> "Nesse processo da lei em Angra a gente tem um facilitador que é a nossa relação com a instituição Secretaria de Educação, e com as comunidades quilombolas. O movimento negro na verdade ele era o articulador entre o movimento social e a instituição, então assim, a gente formou a turma, a UFF vinha com os professores fazia uma formação a Secretaria de Educação trazia os professores, possibilitava os professores participar do curso além de dar uma infraestrutura e nós do movimento negro fazíamos uma relação com as comunidades quilombolas" (informação verbal)[25].

Esta parceria foi importante para a criação do curso "Negros e Negras em Movimento", voltado para a capacitação de professores e professoras da rede pública de ensino atuantes no município de Angra dos Reis. Responsáveis pelo Projeto, os professores Maria da Graça Gonçalves e José Luiz Antunes em artigo, justificam a elaboração do projeto de capacitação docente e comentam sobre a importância das parcerias estabelecidas para a realização do curso:

> "O Projeto de Pesquisa e Extensão Universitária "Negros e Negras em Movimento: relações étnico-raciais na escola e o debate sobre a Lei 10639/2003" centraliza as questões sociais, culturais, políticas e educacionais que envolvem a população afro-brasileira; a discussão necessária do preconceito racial; e a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das relações étnicoraciais no ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em instituições educacionais brasileiras. Transformar o sujeito social descendente de africanos em identidade portadora de história e cultura positivamente reconhecidas, requer que, coletivamente e em parcerias diversas, estejamos produzindo um novo imaginário, em todas as dimensões da vida social, que dê conta da multiplicidade e

[25] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

> complexidade que esse tema exige no contexto racista brasileiro. Isso é o que prescreve a Lei 10.639/03: é preciso reconhecer, valorizar e ensinar a cultura africana, pois ela constitui um dos núcleos mais poderosos da vida da nação. Neste sentido, pensando no desafio que cotidianamente temos que enfrentar em nossas escolas e nos cursos de formação inicial e continuada de educadores, torna-se interessante incentivar a recuperação das memórias locais e regionais, a inserção investigativa de professores e outros agentes sociais no cotidiano cultural de matriz africana na região. Através da vivência de projetos experimentais que promovam reflexões científicas sobre o fazer pedagógico envolvendo esse conteúdo e da produção de materiais didáticos, colaboramos com o movimento de transformação da educação de afro-brasileiros. Esse projeto, numa parceria entre a Universidade Federal Fluminense, através da PROEX/UFF, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, e a Sociedade Civil, através do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, do Movimento Negro local, empreendeu uma cadeia de ações sistematizadas para trabalhar de forma institucional, na pesquisa educacional e extensão: formação de educadores e agentes sociais militantes do movimento negro; vivências culturais; e produção de projetos pedagógicos e materiais de ensino.” (GONÇALVES; ANTUNES, 2008, p. 69)

As parcerias foram importantes para que os projetos do YLA-DUDU fossem colocados em prática, atuando juntamente a Secretaria de Educação do Município, Délcio Bernardo cita outra importante conquista, a criação da Medalha Zumbi dos Palmares[26], oferecida a professoras e professores da rede municipal que desenvolvem projetos para a implementação das leis 10639/03 e 11645/11, segundo Délcio:

> “A gente criou uma comenda, que era a medalha zumbi, a ideia da medalha zumbi não tinha um ranking pra essa medalha. Como a gente sabia que na rede pública tinham vários professores que trabalhavam com questão racial, que tinham projetos com questão racial, que dentro da escola esse professor, ou professora

[26] A Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR), através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SECT), por intermédio do Núcleo Educacional de Programas e Projetos (NEPP), divulga e estabelece as normas específicas para abertura de inscrições e realização na Rede Municipal de Ensino da concessão da MEDALHA ZUMBI DOS PALMARES aos profissionais da educação e unidades escolares que promoverem ações, programas e projetos que valorizem as manifestações culturais das comunidades tradicionais de Angra dos Reis, em especial as negras e indígenas, em seu Projeto Político Pedagógico.

A Medalha Zumbi dos Palmares destina-se a identificar, reconhecer, apoiar e estimular experiências educacionais que promovam políticas pedagógicas, programas ou projetos que gerem experiências relevantes para a promoção da igualdade racial nas escolas e creches municipais de Angra dos Reis. Dialogando com o pensamento exposto, a SECT almeja também motivar os educadores e profissionais da educação da rede municipal a implementar de forma qualitativa a Lei 10.639/03, ampliada pela Lei 11.645/08.

> enfrentavam problemas com suas direções, porque a direção as vezes não topava, a gente criou essa medalha pra premiar ou pra reconhecer o trabalho desse professor ou dessa professora numa cerimônia pública" (informação verbal)[27].

Além das entidades públicas a parceria do YLA-DUDU com a comunidade quilombola do Bracuí também foi importante para o desenvolvimento do debate racial atrelado a questões educacionais, um exemplo mencionado por Délcio é a presença de jovens quilombolas na Universidade Pública, como ele cita:

> "A gente tem agora lá no Bracuí dentro desse processo, ele é um resultado desse debate que a lei nos permitiu naquele momento, que é o curso LEC[28], curso de educação no campo, nós temos 4 quilombolas hoje formados na graduação da LEC, que é na RURAL" (informação verbal)[29].

As diferentes formas de envolvimentos do YLA-DUDU com a educação são exemplos da preocupação que o movimento tem com este assunto, os destaques referidos na entrevista de Délcio fornecem um pouco da dimensão que o movimento almeja alcançar, embora muito já tenha sido realizado, e as conquistas foram obtidas, muitas ainda são objetivadas e a luta segue para o movimento. Dentre os objetivos deste trabalho, busca-se compreender a relação do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU com a educação, mas no sentido de encontrar dentre as lideranças o exemplo de resgate identitário que a educação possibilitou.

Sendo assim, a trajetória de vida e militância de Mariene Florentino da Silva Caetano, é analisada por neste trabalho, nas palavras de Délcio Bernardo que atuou e continua a lutar dentro do Movimento ao lado dela, ele destaca a sua importância para o movimento:

---

[27] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

[28] Ao construir o Curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ nossa intenção foi partir do acúmulo histórico existente, procurando dialogar a produção acadêmica com os movimentos sociais, incentivando e fortalecendo a pesquisa, o ensino e a extensão, bem como as políticas públicas da Educação do Campo no Estado do Rio de Janeiro. O Projeto Político-Pedagógico da LEC traduz a união de esforços de áreas de estudos/experiências engendradas na cotidianidade de sujeitos e atores da UFRRJ e a prática da diversidade e alteridade dos assentamentos rurais do Rio de Janeiro, dos territórios quilombolas e caiçaras, bem como das aldeias indígenas. Deste modo, o curso destina-se à formação de educadores e educadoras para atuação nas escolas do campo situadas nestes contextos específicos e socioculturais diversificados.

[29] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

> “As histórias dela reforçavam a nossas lutas, e as nossas lutas reforçavam a grandeza dela. Acho que foi isso, a gente pode dizer que o que a gente fez pra Mariene foi contribuir com a grandeza que ela já tinha, da história que ela tinha e ela se reconhecer como negra, e esse processo todos nós do YLA-DUDU passamos por ele, a gente aprendeu melhor nós discutíamos, falávamos sobre questão racial antes do grupo, falávamos! A gente via coisas, assim, mas a gente só aprendeu mesmo a se reconhecer como negro naquele espaço do grupo” (informação verbal)[30].

Os projetos desenvolvidos por Mariene também são destacados por Délcio, exercidos com grande paixão e vontade de contribuir para uma tão almejada igualdade racial, fonte maior de inspiração para a atuação do YLA-DUDU:

> “Tem sempre um projeto, ela montou na casa dela uma espécie de uma biblioteca, botou um monte de livro, juntava um monte de criança pra lá, e as crianças "Tia Mariene", "Tia Mariene", "Tia Mariene"! Porque é isso, ela acredita muito na vida, ela acredita que o racismo tem que acabar mesmo e a gente pode acabar, e a gente tem que se doar mesmo o máximo, enquanto a gente estiver por aqui tem que se doar, tem que fazer as coisas, tem que ir, tem que fazer, é uma figura de muita força” (informação verbal)[31].

A partir desta contextualização inicial sobre o YLA-DUDU e suas origens no município de Angra dos Reis, os capítulos que seguem neste trabalho buscam aprofundar um pouco mais sobre a trajetória de vida e militância de Mariene, como um dos principais exemplos de atuação no Movimento negro YLA-DUDU em Angra dos Reis, que utiliza a educação como um instrumento de luta para a conscientização e debate sobre as relações étnico raciais.

[30] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

[31] Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016. Entrevista na íntegra encontra-se no anexo A.

2- A Contribuição Sócio Educacional do YLA-DUDU: o Caso de Mariene

A partir da apresentação inicial o YLA-DUDU enquanto um movimento negro atuante no município de Angra dos Reis, foi possível destacar a importância da educação nas ações efetivas do Grupo pelo resgate e valorização do negro na sociedade brasileira, e principalmente o combate ao racismo. Porém, ainda neste sentido, faz-se necessário uma análise da contribuição do YLA-DUDU para os próprios militantes, tornando possível um olhar mais aproximado das relações que se constroem no decorrer do processo sócio educacional, sendo o caso da militante Mariene um exemplo destas contribuições que o movimento negro possibilita a seus agentes engajados.

Foi durante o curso latu sensu Diversidade cultural e interculturalidade: Matrizes indígenas e africanas na educação brasileira, organizado pelo Penesb/UFF no polo de Angra dos Reis que tive um contato mais próximo com o Grupo de consciência negra YLA-DUDU, uma vez que Délcio Bernardo, liderança do movimento cursava a especialização. Nas comemorações de 20 anos de fundação do Grupo, participei de uma atividade organizada pelo YLA-DUDU, que envolvia palestras, debates, exposição de documentos e o resgate das memórias das lideranças do movimento ao longo de seus anos de militância.

Porém, a fala da militante Mariene da Silva me chamou a atenção. Por ser uma figura conhecida na cidade de Angra dos Reis ao atuar como conselheira tutelar, sabia de seus envolvimentos sociais voltados para crianças e adolescentes, mas alguns pontos de sua história de vida me despertaram a curiosidade de pesquisador em registrar e analisar tais fatos.

Buscarei compor sentidos sobre a narrativa de vida de Mariene da Silva, enquanto sujeita de uma historicidade que evidencia as práticas discriminatórias e racistas da sociedade brasileira, em específico a Angrense, e que, ao militar no YLA-DUDU busca combater tais práticas. Busca-se neste capítulo identificar em sua trajetória de vida os momentos em que as práticas racistas e discriminatórias lhe impuseram barreiras e dificuldades, resgatar a partir de suas memórias a importância do Movimento Negro para o enfretamento de tais práticas, e principalmente, analisar a importância da educação neste processo e para sua própria construção identitária.

Após uma primeira entrevista realizada em sua casa, sem nenhum tipo de

pauta ou perguntas pré-definidas, simplesmente, deixei que suas memórias e lembranças do passado fossem fluindo, intervindo apenas em certos pontos, quando minhas curiosidades eram aguçadas por suas palavras. Momentos relevantes sobre sua vida foram reveladas nesse primeiro contato, principalmente no que dizia respeito a sua atuação política e militância no movimento de consciência negra, em especial, as suas experiências com educação, proposta central de discussão deste trabalho, onde suas atividades pedagógicas antirracistas se equiparam a de outras mulheres negras no Brasil e na diáspora africana, apresentando uma ampliação das possibilidades teóricas e metodológicas do feminismo negro com viés na pedagogia feminista negra.

Rememorando sua trajetória de vida, Mariene estrutura sua narrativa muitas vezes de forma não linear e cronológica, pontua momentos de sua história que se mesclam a momentos da infância, da adolescência e do presente. Por ser uma narrativa que envolve uma grande carga dramática, apresenta tais vicissitudes que devem ser compreendidos como parte constitutiva de seu próprio processo de verbalização da memória. Alguns fragmentos de sua entrevista atestam a carga dramática de sua vida desde a infância:

> "Dizem que eu nasci em Manhumirim, mas eu não tenho certeza se nasci em Manhumirim, Minas Gerais. Eu apareci em Manhumirim, as tiveram que fazer minha certidão e eu fui registrada aos nove anos de idade, meu próprio nome hoje que é Mariene era Marlene. Mariene foi um erro ortográfico na datilografia quando eu fui ser registrada" (informação verbal)[32].

Tal revelação demorou um certo tempo de diálogo para ser feita, pois ainda visivelmente tímida no início da entrevista a apresentação foi aos poucos se revelando e se desdobrando em muitos fatos e histórias de sua vida intensa. Mas até momento em que revela ter "aparecido" em sua cidade natal, ela apenas se apresentava como MARIENE FLORENTINO DA SILVA CAETANO, Mineira, nascida na cidade de Manhumirim em 1962, zona da mata de Minas, com 50 anos de idade, no momento da entrevista, e há 30 morando em Angra dos Reis, vindo parar na cidade, segundo ela por problemas de saúde.

Tomarei como ponto de partida a presença de uma interseccionalidade[33]

[32] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

[33] De acordo com Maylei Blackwell e Nadine Naber o termo interseccionalidade se refere às articulações entre a discriminação de gênero, a homofobia, o racismo e a exploração de classe.

latente na vida de Mariene, em momentos importantes de sua fala, é perceptível que no caso dela vai além das questões de raça, gênero e classe, ela também sofreu preconceito por sua deficiência física, iniciado com o abandono familiar durante a infância:

> "Fui abandonada em Minas por meus pais quando tinha dois aninhos de idade em um hospital de freiras, tinha problema de raquitismo, um problema ósseo que trato até hoje, passei por várias cirurgias e tive infecção hospitalar, com isso fiquei muito debilitada em Minas. Aos vinte e poucos anos então me mandaram para região de praia. Aos vinte e dois anos eu vim parar em Angra, não conhecia o mar e acabei ficando aqui" (informação verbal)[34].

No decorrer da adolescência, quando teve os primeiros momentos de socialização escolar:

> "A fase da adolescência, da menina que está desabrochando. Tinha que esconder meu corpo, esconder minha perna. Não tinha superado a questão do racismo de eu mesmo me negar enquanto pessoa [...] Me sinto muito guerreira mas nem sei porque. A escola foi um período muito negativo, porque fui obrigada na FEBEM, muito discriminada, era muito preconceito" (informação verbal)[35].

Mariene destaca seu abandono familiar durante a infância como decorrência de seu raquitismo que provocou um problema ósseo, e seus cuidados foram confiados a um hospital de freiras, logo, sua integração social ficou sobe a responsabilidade desta instituição religiosa. O caso de abandono na narrativa de Mariene se assemelha ao de outras crianças que eram abandonadas em instituições filantrópicas, prática que ocorreu no Brasil até a década de 1920 segundo Edson Passetti (2000), quando cedeu lugar as políticas públicas de assistencialismo do Estado voltadas para crianças e adolescentes em situações de abandono:

> "Uma história de internações para crianças e jovens provenientes das classes sociais mais baixas, caracterizados como abandonados e delinquentes pelo saber filantrópico privado e governamental – elaborado, entre outros, por médicos, juízes, promotores, advogados, psicólogos, padres, pastores, assistentes sociais,

[34] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

[35] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

> sociólogos e economistas – deve ser anotada como parte da história da caridade com os pobres e a intenção de integrá-los à vida normalizada. Mas também deve ser registrada como componente da história contemporânea da crueldade.” (PASSETTI, 2000, p. 350).

De acordo com a Lei 4.513, de 01 de dezembro de 1964, promulgada no primeiro ano do Governo Militar do General Humberto Castelo Branco, era criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, sendo a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM, sua instancia estadual responsável por receber meninos e meninas que viviam em situação de pobreza, abandono ou delinquência. A política pública da FUNABEM e do Sistema de Justiça do Estado buscava atender aos “menores”, ou seja, os meninos e meninas que viviam em situação de risco ou que aos olhos de certos setores da sociedade brasileira da Ditadura civil-militar, representava o próprio risco.

Contextualizado em um cenário político caracterizado pela vinculação do Brasil ao contexto internacional, regulado na lógica do Estado do Bem-estar social, a condução da vida de crianças e adolescentes e suas famílias ficam sob a responsabilidade dos órgãos governamentais. Neste viés que se legitima discurso dos idealizadores do FUNABEM como o problema do menor sendo consequência do crescimento econômico.

Ao criticar o sistema de internações, Passetti afirma que ele não promove uma educação que integre meninos e meninas, mas concebe um ambiente de vítimas composto de condenados pela justiça, segundo ele:

> “Crianças e jovens infratores ou abandonados, provenientes das situações de pobreza passam a ser identificados como “menores” e o complexo institucional de controle para inimputáveis se expande justificando o atendimento para os menores de idade pobres e perigosos, os pequenos bandidos.” (PASSETTI, 2000, p. 363).

Ao investigar a relação das políticas públicas de assistência à infância e a juventude órfã personificadas na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor no contexto da Doutrina de Segurança Nacional durante a ditadura civil-militar, Franciele Becher afirma:

> “Não foi a ditadura civil-militar que “inventou” a estigmatização da menoridade ou confinamento de crianças e jovens em instituições fechadas, ou a criminalização econômica das famílias pobres. Mas foi especialmente na era da Segurança Nacional que ocorreu uma especialização desse paradigma criminalizador. Foi nesse contexto que milhares de crianças e jovens tiveram suas vidas atravessadas

> por um sistema jurídico-social que os caracterizou de acordou com seu ajustamento ao processo de desenvolvimento econômico dos pais. Foi dentro dessa conjuntura que centenas de crianças e jovens pobres foram condenados em função de sua “situação irregular”. Além disso, o abismo econômico e social se aprofundou largamente ao longo dos “anos de chumbo”, em meio ao “milagre” que seletivamente atingiu apenas alguns grupos sociais.” (BECHER, 2012, p. 265)

Sendo o ambiente da FEBEM por ela vivido na fase da adolescência e um dos primeiros momentos de escolarização, ela enfatiza com expressões que remetem a uma experiência marcada por dificuldades de adaptação, pois se refere como um período muito negativo, sendo obrigada a frequentar e vivenciar diariamente a discriminação e o preconceito e com eles o medo de sofrer novas rejeições, marcada pela repetição da palavra esconder, para se referir ao próprio corpo debilitado pelo raquitismo.

Importante salientar nesta passagem da narrativa de Mariene, que mesmo falando de seu passado ela se reporta ao presente, porém, enquanto o passado é marcado por momentos de dificuldades em sua vida, esses momentos foram em partes sobrepujados por anos de luta, pois ela se refere a si como uma guerreira. Em Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras, Cláudia Pons Cardoso, pesquisa sobre as trajetórias de mulheres negras ativistas no Brasil para compreender como a interseccionalidade por elas sofrida, são transformadas em instrumentos para a construção de uma organização própria, espaço de protagonismo e exercício de experiências exitosas no desafio aos poderes constituídos, ao ressaltar este posicionamento combativo em oposição ao de vitimização, ela ressalta:

> “Cabe salientar que, nos relatos, não há espaço para lamentações: suas histórias falam de necessidades materiais, de discriminação e do sofrimento provocado pela exclusão, porém, estas não são trajetórias de vítimas, pelo contrário, são histórias de mulheres que inspiraram e serviram de exemplo às ativistas pela capacidade de enfrentar os insucessos.” (CARDOSO, 2012, p. 157)

Este posicionamento é por Cardoso referendado no ensaio de bell hooks “*Refusing to be a victim*”, na qual a intelectual negra estadunidense utiliza de sua experiência vivenciada ao longo da infância para resgatar a força das mulheres negras:

> "Vinda de comunidade feminina do sul segregacionista, eu nunca ouvi as mulheres negras falarem delas mesmas como vítimas. Enfrentando dificuldades, a destruição causada por privação econômica, a injustiça cruel do apartheid racial, eu vivia em um mundo em que as mulheres ganhavam força no compartilhamento de saber e recursos, e não porque se juntavam sobre bases de serem vítimas. A despeito da incrível dor de viver no apartheid racial, as pessoas negras sulistas não falavam sobre nós mesmas como vítimas, mesmo quando nós éramos humilhadas. Nós nos identificávamos mais pela experiência da resistência e triunfo do que pela natureza de nossa vitimização. Era fato que a vida era dura, que havia sofrimento. Era pelo enfrentamento desse sofrimento com graça e dignidade que uma pessoa experienciava transformação" (HOOKS, 1995, p. 51).

As aproximações entre a trajetória de vida de Mariene, das ativistas negras pesquisadas por Cardoso e as que foram vivenciadas por bell hooks representam "as histórias de luta e resistência contra as injustiças e perversidades da colonialidade de poder e de gênero preenchem as narrativas das mulheres negras das Américas, dando corpo à amefricanidade." (CARDOSO, 2012, p. 158)

Devido ao abandono familiar viveu em instituições hospitalares de cunho religioso, sempre mudava de casa recebendo ajuda das freiras do hospital e de pessoas que se dispunham a colaborar com sua criação. Entrou no orfanato apenas aos 10 anos de idade, passou inclusive pela FEBEM, ficou por lá uns dois anos onde começou a se socializar com outras meninas e meninos.

> "A gente não sabia a história da gente, eu fui saber mais ou menos com uns 13 anos [...] você fica passando em branco pela vida, comendo, bebendo e só. Vivendo sem saber o porquê! A história nossa não passava daquele muro, do lado de fora não tinha nada, era a história da FEBEM" (informação verbal)[36].

Mariene entrou para a escola em 1973, com 11 anos de idade, segundo ela forçada pela FEBEM devido a um convênio que a fundação mantinha com outras instituições, que neste caso eram "freiras franciscanas" precisando mudar de cidade diversas vezes.

Durante seu primeiro contato com a escola, se considerando mais amadurecida, Mariene relata que as experiências racistas e preconceituosas sofridas ao longo desse período foram marcantes. Por ainda estar aprendendo a ler com 13 anos, era mais velha que as outras crianças de sua classe, sofria

[36] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

constantes ataques por ser negra e muito magra. Os cabelos crespos que não cresciam confundiam o seu porte físico ao de um menino, a deficiência na perna gerada pelo problema ósseo também era alvo de chacota: “Eu me negava por completo. Porque minha aparência além de ser negra, cabelo carapinha, porte de menino e com defeito na perna (informação verbal)[37].” Fato esses, que lhe renderam o apelido “Joãozinho, canela de urubu”. Os percalços enfrentados por Mariene e relatados em sua narrativa expressam a interseccionalidade latente sofrida por Mariene durante a adolescência, Kia Lilly Caldwell ao citar Kimberlé Crenshaw, formuladora do conceito de interseccionalidade política e estrutural, afirma:

> “O conceito de interseccionalidade é útil para entendermos os meios pelos quais processos interconectados de dominação racial, de gênero e de classe co-constroem as experiências e identidades de mulheres racialmente marginalizadas” (CALDWELL, 2007, p. 57).

A violência presente no apelido relatado por Mariene durante o período escolar, evidencia os diversos tipos de preconceito, o social, o racial, de gênero e pela sua deficiência física por ela vivenciado. Questões que atrapalhavam o desempenho e socialização na escola, fatos que podem ser atestados em suas falas:

> “Você se nega a ponto de não aprender a ler, de não aprender a raciocinar, dificuldade de cálculos. Vergonha de perguntar. Vergonha de falar.
> De que forma eu tenho que tá lidando com isso? Antigamente era com raiva, batendo nos meninos da escola que me colocavam apelido pejorativo, eu sempre reagi com muita raiva” (informação verbal)[38].

Este processo de interseccionalidade e seus reflexos, como os vivenciados por Mariene ao longo de sua adolescência são analisados por Cardoso em sua tese sobre feministas negras, segundo a pesquisadora:

> “O ensinamento vem, portanto, da prática tecida no cotidiano, fundamentado em experiências vividas, e ilustra dois aspectos cruciais para o agenciamento das mulheres: o confronto das situações de violências e de submissão aos homens; e a negação

[37] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

[38] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

> das construções sociais assentadas na afirmação da fragilidade feminina, estas, verdadeiros obstáculos para interpor o surgimento de atitudes e ações pró-ativas de defesa pessoal entre as mulheres" (CARDOSO, 2012, p. 147).

Mesmo com todas as dificuldades, não abandonou os estudos: "sempre maior na turma de meninos menores, você se sente como estranho na sala de aula e sempre carregando o preconceito (informação verbal)[39]." Até conseguir concluir o antigo primeiro grau - atualmente ensino fundamental. Aos dezoito anos, continuou seus estudos ainda em Manhumirim em uma escola "muito bem conceituada", onde era a única negra em sala de aula, enfrentou mais uma situação de preconceito; "Eu fui usar um aparelho na perna e um filho da elite da cidade que estudava nesse colégio enquanto eu fazia dever na mesa falou: 'Nunca vi macaco comer de garfo e usar botina.' Eu moça com dezoito anos só abaixei a cabeça e não tinha reação" (informação verbal)[40].

As dificuldades de permanecer em um ambiente de aprendizagem geradas pelo preconceito e pelo racismo e os constantes problemas de saúde aos poucos foram afastando Mariene da possibilidade de concluir os estudos:

> "A fase da adolescência, da menina que está desabrochando. Tinha que esconder meu corpo, esconder minha perna. Não tinha superado a questão do racismo de eu mesmo me negar enquanto pessoa [...] Me sinto muito guerreira mas nem sei porque. A escola foi um período muito negativo, porque fui obrigada na FEBEM, muito discriminada, era muito preconceito" (informação verbal)[41].

O processo de evasão escolar é apontado por Claudia Pons Cardoso como um dos reflexos do racismo, principalmente contra mulheres negras, a permanência em ambientes educacionais reprodutores do racismo dificultam a conclusão os estudos e o posterior ingresso na universidade. Utilizando dados fornecidos pelo Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, ela afirma:

> "O relatório evidencia, com dados estatísticos, o reflexo do racismo e da discriminação racial na educação. Ambas as manifestações

[39] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

[40] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

[41] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

> geram barreiras tanto para o ingresso quanto para a permanência das(os) jovens negras(os) nas escolas. Se, por um lado, garantir a sobrevivência, muitas vezes, obriga ao abandono da escola, por outro, as discriminações e preconceitos criam um ambiente educacional pouco produtivo para o processo de ensino-aprendizagem, principalmente para os alunos negros" (CARDOSO, 2012, p. 152).

Ao abandonar os estudos, sair de Minas Gerais e chegar em Angra dos Reis poderia ser a possibilidade de retomar os estudos com sucesso, porém, a necessidade de trabalhar para se manter na nova cidade, e os anos anteriores de esforço para se manter na escola lhe renderam uma oportunidade de emprego: "A única coisa que eu me dei bem e tinha feito em Belo Horizonte foi datilografia (informação verbal)[42]", curso que tornou possível sua atuação como datilógrafa da Prefeitura de Angra dos Reis em 1990.

Mas não foi o fato de conseguir uma vaga no serviço público que encerrou a relação de Mariene com educação, na verdade, poucos anos antes, para ser mais preciso, em 1988, o envolvimento com educação ganhava aos poucos forma de luta social contra o preconceito, o racismo e a exclusão social, fato que marcaria a vida de Mariene e a tornaria muito conhecida do município.

Por sempre estar inserida em ambiente religioso ao longo de sua vida e ter vivido com muitas freiras em instituições católicas, ao chegar em Angra dos Reis, manteve seu envolvimento com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), exercendo com muita dedicação uma paixão de menina – o canto. No Coral da Igreja e sob a batuta do Maestro Gallowei no Coral da Cidade, Mariene cantou e fez muitos amigos. No entanto, foi na Campanha da Fraternidade de 1988 que as discussões sobre o racismo envolveram Mariene na criação do YLA-DUDU.

Pensar e discutir a questão do negro na sociedade angrense, lutar contra o racismo no município e buscar a própria identidade afro se tornaram uma tônica nos encontros do grupo que a princípio se restringia ao espaço religioso, mas que, aos poucos, foram se conscientizando que o debate não deveria ser restrito a este espaço, ganhando forma de um **Movimento de Consciência Negra**, desvinculado de crença ou credo, filiação política e sexo. Na visão de Mariene:

> "Nós começamos a reunir com os negros para discutir, e nós vimos que não tinha que ficar só dentro da questão católica, é uma

[42] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

> questão do negro da umbanda, do evangélico. Então deveríamos estar em outros espaços, começamos a nos reunir na praça, em algumas ruas e na casa de alguém. A gente queria que mais pessoas tivessem essa chance de estar discutindo. Começou um grande processo que nessas reuniões cada um começou a colocar suas experiências, foi o momento da gente falar" (informação verbal)[43].

Os debates no YLA-DUDU abriram a possibilidade dela reconhecer sua identidade, aceitar sua negritude e se valorizar enquanto mulher negra. Mas e quanto a retomar seus estudos? Em que momento se deu a conscientização de que a educação seria fundamental para multiplicar a luta contra o racismo através de trabalhos sociais? Estas indagações se fazem necessárias ao se posicionar a militância de Mariene ao de outras ativistas negras, como aponta Cardoso:

> "A importância da educação para a formação das ativistas e para a qualificação de sua intervenção política também fez com que muitas construíssem uma rede de incentivo e apoio para o próprio grupo de militância, visando aprofundar os estudos e, principalmente, romper com a objetificação imposta pela sociedade [...]" (CARDOSO, 2012, p. 156)

As discussões nos anos iniciais do YLA-DUDU mostraram que Mariene não era a única a sofrer com o racismo e se negar enquanto negra. Esse problema era coletivo e por meio de leituras e debates, e busca por ações afirmativas eles passariam a valorizar a própria identidade. No caso de Mariene, as marcas poderiam até ser mais profundas, devidos aos anos de preconceito não apenas racial, mas também social, de gênero e deficiência física. Em trechos de sua narrativa fica evidente o quanto os anos no orfanato e na FEBEM foram cruéis para seu sucesso nos estudos, chegando a ponto de se negar e se considerar incapaz de aprender, mas o YLA-DUDU tenderia a ajudar ela a ir construindo sua identidade enquanto mulher negra:

> "Nas reuniões do movimento negro. Me ajudou muito porque eu comecei a estudar pra saber que os Iorubás vieram pra Bahia, os bantos para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, foi me dando um amor pela África [...] eu me apegava a isso para descobrir minha identidade, a gente foi vendo em umas fotos de negros o formato do rosto da gente, pra mim que não tinha referência nenhuma foi muito importante, o formato do meu rosto poderia ter vindo de uma tribo da África, eu tinha que ter uma referência, uma identidade [...] A África

[43] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

> tem uma ligação muito forte, o ritmo [...] foi muito interessante que eu descobri que o tecido fica muito bonito em mim, a cor. Essa identidade de me assumir enquanto negra, enquanto pessoa, de querer ser africana - sou brasileira - mas meu sonho é um dia ir na África e ser confundida com uma mulher africana! Isso foi a construção de uma identidade minha. Hoje eu posso ser de uma tribo africana e antes eu nem sabia, eu era de um pátio de cimento da FEBEM" (informação verbal)[44].

O Movimento Negro de Angra dos Reis não apenas incentivava entre seus participantes o envolvimento com a educação, mas também a busca sobre a história da África visando a valorização da identidade negra. No YLA-DUDU a leitura de textos e os debates feitos entorno destes assuntos despertaram, no caso de Mariene, uma afirmação da sua identidade enquanto mulher negra, este sentimento de aceitação foi se sobrepondo ao de sua negação, fazendo com que ela valorizasse suas raízes africanas:

> "A gente pôde descobrir a questão da África, não sabíamos muito a identidade, quando fomos buscar eu comecei a me sentir muito feliz que eu poderia ser do grupo Banto, se aqui no Brasil eu não sabia qual era minha realidade, o meu quintal" (informação verbal)[45].

Para uma mulher que teve a vida marcada pela interseccionalidade, ter acesso a esta informação foi fundamental para o seu próprio desenvolvimento pessoal, para o fortalecimento de sua autoestima, sendo o Movimento Negro importante neste processo de mudança em seu posicionamento sobre o fato de ser negra:

> "Foram as ações afirmativas que me fizeram sorrir e ser alguém diferente, se tem algo que diga que não sou Joãozinho, que eu não sou canela de urubu e que meu cabelo é carapinha sim mais eu gosto é minha identidade, então precisa de ações afirmativas sim!" (Informação verbal)[46]

Segundo ela as ações afirmativas representam um dos mecanismos de luta contra o racismo. Descobrir suas origens e valorizá-las, ser negra e ter orgulho.

---

[44] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

[45] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

[46] Entrevista realizada com Mariene Florentino da Silva Caetano em agosto de 2013. Trechos da entrevista encontram-se no anexo B.

Aspectos fundamentais para seu processo de aceitação pessoal, para assim tentar transformar as marcas do passado em aspectos positivos no presente. Como bem salienta Cardoso, ao comentar a prática ativista de mulher negras:

> "E, desse lugar, as experiências que guarda em sua lembrança são de mulheres que trabalhavam, participavam ativamente dos problemas da comunidade e buscavam soluções, fosse dentro da oficialidade, recorrendo aos órgãos competentes, fosse pela pressão política, através da organização do grupo em associações comunitárias para formalizar as reivindicações" (CARDOSO, 2012, p. 147).

Depois de ficar 14 anos longe da escola, Mariene retoma seus estudos para concluir o Ensino Médio com mais de 40 anos, indo além, resolve continuar sua vida de estudante na Universidade. Nunca havia se imaginado fazendo faculdade, porém não se acomodou e conseguiu ingressar no curso de pedagogia da Universidade Federal Fluminense. A capacidade transformadora que a educação pode proporcionar, já havia feito parte da vida de Mariene antes mesmo de estar matriculada no curso de pedagogia, antes de conhecer a teoria ela conheceu a prática trabalhando na Casa Abrigo e no Conselho Tutelar.

Sendo assim, se justifica uma análise mais profunda de um fragmento retirado da narrativa de Mariene, para que se possa compreender e aprofundar ainda mais a construção de identidade à luz do que bell hooks chamou de uma pedagogia engajada[47].

[47] A educação é uma oportunidade para a discussão das injustiças sociais e o enfrentamento das desigualdades raciais de gênero, aumentando a conscientização de estudantes negras. (bell hooks, 1995 *apud* PERRY, 2006, p. 170)

3- Contribuições de Mariene no YLA-DUDU: narrativa e identidade

Em Usos & Abusos da História Oral, livro organizado por Marieta de Moraes e Janaína Amado, uma reunião de artigos distribuídos em diferentes blocos aborda os assuntos fundamentais para a aplicabilidade do que as próprias organizadoras se propuseram a debater - a disciplina, a técnica ou a metodologia – da História Oral. Polêmicas teóricas à parte, inclusive já discutidas no primeiro capítulo deste trabalho, fato é que a História Oral por privilegiar o poder da palavra do outro, muito contribui para os pesquisadores interessados em ter acesso às realidades sociais construídas a partir de narrativas de histórias de vida, e um artigo deste livro em específico convém ser destacado, A *Ilusão biográfica*, de Pierre Bourdieu. Nele o autor levanta questões e uma série de problemas em relação as biografias e histórias de vida, com o propósito de instigar o debate que e promover o enriquecimento da história oral.

Aceitando as provocações de Bourdieu e imbuído da missão de prolongar este debate, a proposta deste trabalho é de não apenas vislumbrar a história oral como uma metodologia onde o entrevistado, ao contar suas experiências, transforma o que foi vivido em linguagem, mas também analisar o fragmento de sua narrativa de história de vida, sob as luzes da Análise do Discurso de perspectiva sócio interacional, em um movimento interdisciplinar que contribua com as ciências sociais, seja no campo historiográfico seja no campo da linguística, no que se cunhou chamar “virada narrativa”[48] .

Sendo assim, cabe em um primeiro momento relembrar algumas reflexões relativas a história oral já abordadas no primeiro capítulo desta pesquisa, principalmente em relação aos atores que encaram a luta social no contexto da memória e do conflito, em vista de descortinar novos horizontes de ação política, especialmente através da realização de anseios cotidianos e de manifestações públicas. Dessa forma, a história oral proporciona ao pesquisador o diálogo com os

[48] Não é à toa, que se convencionou chamar de virada narrativa a tendência de, nas ciências sociais, se questionar o estatuto até então objetivo das descrições etnográficas de diferentes grupos sociais. Passou-se a assumir, a partir de então, que os dados não falam por si, nem descrevem uma realidade; que o conhecimento produzido em campo é sempre produzido por um pesquisador, ele próprio um ator social, que, pelas lentes de suas próprias condições identitárias e contextuais, olha seu objeto de uma determinada perspectiva, e constrói sobre o campo de pesquisa uma narrativa única. (BASTOS; BIAR, 2015, p. 101)

sujeitos que fazem parte da história e que fizeram história, considerando que ela é narrativa de versões que o fato pode apresentar.

No segundo momento, convém apresentar algumas definições relativas as propostas metodológicas da chamada *análise de narrativa*, que foram introduzidas no âmbito dos estudos das linguagens em trabalhos pioneiros de Labov (1972) sobre narrativas, e posteriormente foram revisados e ampliados por outros autores, tais como Mishler, Linde, Bruner entre outros. Porém, “pode-se definir narrativa, pré-teoricamente como o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social.” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 99) Sendo assim, as narrativas aparecem em diferentes contextos, e podem trazer em seu âmago outras questões fundamentais para a realização de sua análise.

Uma vez que este capítulo se propõe a abordar a construção identitária presente no discurso da militante Mariene da Silva, do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU - Movimento Negro de Angra dos Reis - a partir da interação face a face estabelecida em uma entrevista, convém traçar algumas definições acerca da entrevista enquanto um evento interacional capaz de produzir narrativas em seu contexto específico, e, posteriormente, de que forma nessas narrativas podem ser analisadas processos de construção de identidades.

A entrevista em análise foi realizada na própria casa de Mariene da Silva em 11 de agosto de 2013, no momento de sua realização não foram estabelecidas perguntas predefinidas, sendo uma entrevista de tipo semiestruturada, pois ao não conter perguntas que apontem para respostas dirigidas, a fala do entrevistado se fundamenta em sua própria realidade, “gozando de um máximo de liberdade para se expressar sobre o ou os temas da pesquisa, ele é capaz de fazê-lo segundo suas próprias categorias e sua própria linguagem” (POUPART et. al., 2014, p. 224). O que se buscava alcançar eram as memórias de sua história de vida, lembranças de sua infância, adolescência e fase adulta na militância do Movimento Negro, a fim de se vislumbrar sua construção identitária a partir da narrativa. A entrevista gravada em áudio teve duração total de 53 minutos e 10 segundos, sendo o trecho transcrito em análise referente aos 4 minutos e 12 segundos até os 6 minutos e 05 segundos.

Os estudos relativos a História Oral focalizam a entrevista como importante método para a geração de dados e fontes históricas, a partir de sua análise se coletam as informações necessárias para se interpretar o contexto histórico em pesquisa, porém, a narrativa das entrevistas como um meio de se obter o arquivo

que a transforma em documento possível de ser historiografado, no momento de sua consecução, envolve uma interação face a face, um encontro social que promove um evento de fala, que envolve relações de sujeitos, contextos e poderes.

A entrevista enquanto um método qualitativo, permite que sê voz aos atores sociais que muitas vezes não a possuem na sociedade, a partir do diálogo estabelecido no momento da entrevista se constrói um importante recurso para a compreensão das realidades sociais, segundo Jean Poupart:

> "Como a entrevista permite uma exploração em profundidade nas condições de vida, de atores, ela é vista como um instrumento privilegiado para denunciar, de dentro, os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de exclusão, e as iniquidades, de que podem se tornar objeto de certos grupos considerados "diferentes", desviantes, ou "marginais" (doentes mentais, homossexuais, detentos, consumidores de drogas, sem teto, etc.), algumas minorias étnicas, ou ainda, as "vítimas" de todas as espécies, tais como as de Aids e de violência conjugal" (POUPART et. al., 2014, p. 220).

Uma das principais contribuições deste trabalho é a articulação interdisciplinar da História Oral e da Análise do Discurso Sócio Interacional, tanto uma quanto a outra nas suas variadas aplicabilidades se interessam por examinar a fala dos mais diversos atores sociais, gerada em diferentes contextos, que no caso deste estudo se remete a uma interação em entrevista de pesquisa com uma militante do Movimento Negro, a fim de se compreender os processos de resistência e construção de identidade.

Alguns pesquisadores relacionados ao campo da Análise do Discurso em suas diversas vertentes, têm demostrado interesse em compreender a noção de construção de identidade em seus estudos. A exemplo, a perspectiva sócio interacional ao contar com as contribuições de Goffman (1959 [1975]), Schiffrin (1996), Linde (1993), Mishler (1995) entre outros[49], destacam a influência do momento da interação face a face, o contexto interacional que envolve a co-costrução das narrativas como fundamento importante para a construção das identidades, sendo esse um processo complexo, não fixo e subjetivo.

A análise de narrativas de perspectiva sócio interacional, se articulada a outros estudos do discurso, como neste caso, a História Oral, pode contribuir para a

[49] Ver BASTOS e BIAR (2015), LOPES (2001 e 2003), BRUNER (1990), DAVIES; HARRÉ (1990).

interpretação das narrativas geradas a partir da entrevista, não apenas como importantes fontes históricas, mas também como dados gerados a partir de uma relação de interação face a face em um contexto específico a partir de um processo dialógico construído no ato de narrar, logo, sendo possível vislumbrar a identidade do narrador como um construto social. De acordo com BASTOS; BIAR:

> "Com base na articulação com os estudos identitários, é possível ao pesquisador interessado na análise de narrativas, por exemplo, observar como narradores e personagens narrados são discursivamente construídos através do uso de noções como posicionamento, agência, alinhamento, entre outras. A partir delas, é possível elaborar articulações como o contexto macro-contextual ou sócio-histórico, perguntando-se, por exemplo, como estereótipos são aceitos ou rejeitados, ou como as identidades instituídas relacionam-se com discursos especializados ou de senso-comum que circulam na sociedade" (BASTOS & BIAR, 2015, p. 109).

A partir das discussões teóricas apresentadas, principalmente em relação a construção de identidade em narrativas, foco deste capítulo, será feita a análise de um fragmento da entrevista de Mariene da Silva, militante do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, movimento negro de Angra dos Reis.

Tabela 01: Fragmento da entrevista de Mariene da Silva

Mariene Florentino da Silva Caetano	
01	A gente queria transformação!
02	E eu carrego isso até hoje. Pra mim transformação humana!
03	Tem que passar por um processo onde todo mundo esteja envolvido,
04	e quando tem questão política, que eu encontro um político na rua
05	ou se eu tenho chance de falar.
06	Minha bandeira até hoje é criança e adolescente!
07	Que se num envolver, se não transformar lá.
08	Eu não sei como que eu cheguei a ser uma pessoa assim
09	hoje, né?! Porque eu não tive quem me dissesse,
10	que é bom ser gente!
11	Que é bom ser mulher, que é bom ser mulher negra,
12	adolescente negra, né!
13	Por que nem namorado eu arrumava, era tão ruim,

	Continua
14	né, tão feia!
15	Eu achava um monstro, ser negra era ser feio!
16	Então, eu não conseguia nem atrair rapazes para namorar!
17	Casei com 42 anos, né?! (risos)
18	Então assim, uma pessoa como eu acho que foi muito especial
19	ter gostado de mim, com defeito físico,
20	que isso influenciava muito também, né?
21	Então tudo isso, identidade feminina, né?
22	não pude nem ser mãe!
23	Porque acabou a vida, a vida foi atropelando tanto,
24	questão da saúde óssea toda!
25	Chegou um tempo que meu corpo, né!
26	questão da, da tsi, de você poder gerar, né?!
27	Eu não pude nem mais gerar porque passou o tempo,
28	que meu tempo foi cuidar de mim!
29	Cuidar de ser gente!
30	Que não deu tempo d'eu cuidar de ser mãe!
31	Mas eu tive a alegria de trabalhar na Casa Abrigo,
32	de acolher, de aprender abraçar criança, e a criança falar:
33	“- Quando eu crescer Tia ‘Saliene’ eu quero ser igual a você!”
34	o dia que a criança me falou isso na Casa Abrigo ela me salvou pro resto da vida!
35	Porque eu falei "gente então eu tenho que ser feliz,
36	tem que ser alegre, exuberante porque essa criança quer parecer comigo”,
37	ela não quer parecer com aquela Mariene dos anos setenta, né?
38	Que se negava!
39	E eu hoje eu não posso me negar,
40	pra essa criança aprender a se negar, eu não posso!
41	Repetir aquilo pra ela, ser uma Marienezinha, né?!
42	Antigamente, um bichinho, eu não posso!
43	Então hoje aqui na minha casa eu faço
44	Eu me formei pedagoga!

	Conclusão
45	No último ano eu tive trombose nessa mesma perna,
46	então ainda bem, que parece que tudo isso, né?
47	E eu não pude exercer, a pedagogia!
48	Ai acabei me aposentando por invalidez,
49	tem cinco anos que eu tô em casa parada!
50	Mas eu montei um projetinho aqui,
51	que eu criei o espaço Troca dos saberes!
52	É onde o espaço, as crianças invadem,
53	você pode ver que é muito pequenininho isso aqui...

Neste segmento em geral, a narrativa de Mariene constrói diferentes momentos e identidades por ela vivenciada, por ser uma entrevista não-estruturada, ou seja, as perguntas não eram direcionadas a respostas específicas sobre sua vivência, suas memórias é que conduzem sua narrativa e se apresentam sem um fluxo contínuo de fatos sequencialmente definidos, ora ela se reporta a sua infância, ora ao presente momento de sua fala, está aparente falta de orientação é parte do próprio processo constitutivo que se constrói sua narrativa, devendo ser levado em consideração no próprio processo de investigação, e neste sentido faço valer os alertas de Anna de Fina:

> "Uma visão da orientação como construída, em oposição a uma visão da orientação como dada, muda o foco da estrutura da narrativa para narradores e ouvintes e, ao mesmo tempo, para os contextos. Assim, para caracterizar as narrativas que constroem a experiência de grupos marginalizados, precisamos tomar cuidado com o uso de categorias estabelecidas sobre a estrutura da narrativa e ficar atentos aos recursos específicos que os membros desses grupos utilizam em interações específicas, com o objetivo de ver como circunstâncias macrossociais são nelas articuladas" (FINA, 2010, p. 102).

Por ser uma narrativa aos moldes de enquadre estrutural salientados por Fina (2010), ou seja, ter como narradora uma militante do movimento negro com uma história de vida com grande carga dramática, a linearidade dos fatos e os contextos dos mesmos não seguem um modelo de estrutura narrativo do tipo canônico, ficando a responsabilidade de trazer luz as articulações construídas em sua narrativa que evidenciam as "circunstâncias macrossociais".

A primeira circunstância que podemos evidenciar na fala de Mariene é a

construção de uma identidade como militante envolvida com o resgate de crianças e adolescentes em situação de risco. Entre as linhas 01 à 07, sua identidade de militante engajada na “transformação humana” (linha 02), se volta principalmente para a atuação com crianças e adolescentes, pois ela toma como referência sua própria experiência enquanto adolescente negra em situação de risco (linhas 11 e 12). A partir desse momento, sua identidade de militante, se combina a construção de uma identidade feminina, resgatando o passado, enquanto adolescente e se reportando ao presente momento de sua fala, onde destaca para esta construção seus papeis sociais de esposa (linha 17) e mãe, embora este último não tenha se concretizado (linha 22).

A combinação de sua construção identitária enquanto militante e mulher negra, são retomadas por ela nas linhas 31 e 32, mesmo não construindo o papel social de mãe, a atuação enquanto militante possibilitou o contato com crianças que puderam fornecer a ela os pressupostos necessários a se identificar enquanto mulher negra e a transformação em sua vida para construção de sua identidade feminina engajada em uma militância são por ela significadas a partir de uma fala relatada na linha 33, ao relatar a fala de uma criança, Mariene destaca inclusive a dificuldade da pequena ao pronunciar seu nome, as falas relatadas segundo Oliveira & Bastos “funcionam não apenas na criação de um clima teatralmente dramático, com cenas de personagens que falam, como também como evidências da veracidade e acuidade dos eventos relatados.” (OLIVEIRA; BASTOS, 2001, p.45) Além disso podemos apontar um significante maior na funcionalidade desta fala relatada de Mariene, a importância pessoal deste episódio enquanto um momento para construção de sua identidade.

A experiência vivenciada tendo importante significado a ponto de ser narrado com o emprego de uma fala relatada, aponta a relevância do evento para a transformação de sua vida. A sequência de sua narrativa evidencia o que Mishler (2002) denominou “ponto de virada”, um sentimento de inferiorização e não reconhecimento de sua identidade enquanto mulher negra (linha 15) é transformado em um sentimento de superação e valorização de sua identidade feminina negra (linha 35 e 36). Neste sentido, o momento fundamental desta mudança em sua narrativa foi o engajamento em um trabalho social com crianças e adolescentes na Casa Abrigo. Esta experiência transformadora que reforça a identidade de Mariene, é definida como uma um dos pontos basilares do pensamento e da pedagogia feminista negra.

A abordagem teórica de Patrícia Hill Collins privilegia às experiências das mulheres afro-americanas, podendo ser pensadas para diferentes situações de lutas das mulheres do Brasil e diáspora, inserida em um contexto local e histórico as experiências de Mariene se equiparam aos de muitas outras mulheres negras

> "O pensamento feminista negro consiste em teorias ou pensamentos especializados produzidos por intelectuais afro-americanas, desenhados para expressar o ponto de vista das mulheres negras. As dimensões deste ponto de vista incluem a presença dos temas centrais característicos, a diversidade das experiências das mulheres negras em encontrar estes temas centrais, a variedade da consciência feminista afrocêntrica das mulheres negras em relação a estes temas centrais e suas experiências com eles, e a interdependência das experiências, consciências e ações das mulheres negras. Este pensamento especializado deve buscar infundir nas experiências e pensamentos cotidianos das mulheres negras novos significados ao rearticular a interdependência das experiências das mulheres negras e a consciência" (COLLINS, 1991 *apud*[50] CARDOSO, 2008, p. 8).

Ao se reportar aos momentos de socialização durante a adolescência, a narrativa de Mariene deixa evidente o quanto foi difícil para ela este período (linhas 8 à 16). Para bell hooks (1995), o trabalho intelectual das mulheres negras "surge de uma preocupação com a transformação social e política radical". No caso de Mariene esta transformação também foi pessoal. A experiência de sentir o papel transformador da educação ao resgatar a própria identidade enquanto mulher negra, proporcionada pelo trabalho de militância fizeram de Mariene uma educadora social voltada para a "transformação humana" com enfoque na luta contra o racismo.

Ao abrir as portas de sua pequena casa para crianças e adolescentes de famílias carentes da comunidade em que vive, sua maioria negros e negras, "invadirem" (linhas 50 à 53) sua sala e ali terem um espaço lúdico para ler, falar, contar, escrever, cantar, desenhar, ouvir, brincar, e ao sentir esta "alegria" Mariene o papel transformador pode ser compreendido a partir das colocações de Hooks como um prazer no ato de educar, um dos princípios do feminismo negro, mulheres negras engajadas na luta contra a discriminação racial, de gênero e classe demonstram seu compromisso com a transformação social.

A partir da fala de Mariene sobre o projeto "Troca de Saberes" (linha 51), criado por ela e desenvolvido em sua própria casa, podemos observar não apenas o

[50] COLLINS, Patrícia Hill. Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics de empowerment. New York, London: Routledge, 1991.

reconhecimento, a afirmação e a valorização de sua própria Identidade, mas também através de uma pedagogia transformadora ela possibilita o despertar desta identidade em meninos e meninas negras da comunidade em que vive e que podem sofrer com o racismo no cotidiano, da mesma forma que ela sofreu na adolescência, logo, Mariene exerce na prática o que Barbara Omolade definiu como pedagogia feminista negra:

> "A pedagogia feminista negra visa desenvolver uma perspectiva de inclusão intelectual e expansão que contesta a tradição intelectual ocidental de exclusividade e machismo. Oferece à estudante, à professora, e à instituição uma metodologia que promove a igualdade e visões múltiplas e perspectivas que paralelam às tentativas de mulheres negras de serem reconhecidas como seres humanos e cidadãs e não como objetos e vítimas" (OMOLADE, 1994 *apud*[51] PERRY, 2006, p.169).

No fragmento da entrevista de Mariene da Silva utilizado para análise, observamos uma narrativa desprovida de estrutura canônica, não seguindo um modelo linear de fatos organizados, devido a sua carga dramática de experiência de vida, a orientação temporal dos fatos se perde em meio a suas lembranças e memórias, se tornando parte do próprio processo constitutivo de sua narrativa, como sugere Fina (2010).

A partir da análise observamos também a construção identitária de Mariene em sua narrativa, não sendo fixa, mas fluindo em diversos momentos no momento da interação, conforme suas memórias eram verbalizadas. Na "representação do eu" Goffman (1959[1975]), os diferentes papeis sociais vivenciados ou não por ela enquanto Militante, Adolescente, Mulher, Esposa, Mãe, Pedagoga, Aposentada, Educadora.

A construção de sua identidade a partir da narrativa também foi reveladora de um "ponto de virada" Mishler (2002) em sua vida, que a princípio apresentava-se atrelada a um sentimento de inferiorização e não reconhecimento enquanto mulher negra, principalmente na fase da adolescência, porém o trabalho como educadora social, voltado para crianças e adolescentes em situação de risco foi o momento de sua superação, criando um self de valorização enquanto mulher negra, no caso de Mariene, a construção identitária se apresenta atrelada ao projeto de militância e pode se constituir como um exemplo da pedagogia feminista negra.

[51] OMOLADE, Barbara. A black feminist pedagogy. Women's Studies Quarterly , v.21, n.3-4, p.31-38, 1994.

Salientamos também a importância de compreender a entrevista de pesquisa historiográfica na perspectiva da história oral como um momento de interação face a face e seu contexto interacional passível de ser examinada à luz da análise de narrativa, gerando um movimento interdisciplinar capaz de dar visibilidade, voz e poder a atores sociais que muitas vezes não encontram este espaço na sociedade.

Considerações Finais

A crescente demanda de pesquisas históricas sobre o movimento negro brasileiro, torna possível a reflexão de que este não pode ser pensado apenas no singular, pois a existência de muitos grupos atuantes em diferentes regiões e contextos remete a existência de movimentos negros, que articulados ou não em suas especificidades lutam contra o racismo e atuam de forma variada. Os caminhos e objetivos que esses movimentos traçam ampliam o debate sobre o preconceito racial e comprovam a necessidade cada vez maior de trabalhos que possibilitem o conhecimento, nos mais variados aspectos sobre a constituição do movimento negro brasileiro.

Através da metodologia da história oral, pesquisas documentais e levantamentos bibliográficos, tentei apresentar nesta dissertação alguns aspectos históricos que considero relevantes para a compreensão da constituição do Grupo de Consciência Negro YLA-DUDU, movimento social negro atuante no município de Angra dos Reis e região sul fluminense, mas que dialoga com os demais movimentos sociais negros atuantes no Brasil. Justamente, optei em começar o trabalho com as discussões sobre movimentos sociais e enquadrar o YLA-DUDU como um movimento negro.

A ideologia racista e patriarcal brasileira ao apagar da história a resistência de negras e negros contra as injustiças sociais a que foram submetidos, bem como as formas e os efeitos da integração de negras e negros na sociedade, estruturaram uma invisibilidade de negros e principalmente das negras na história brasileira. É possível perceber os reflexos de que essa construída ideologia de dominação racial trouxe para a sociedade brasileira. Assim, um dos maiores desafios para o movimento social negro tem sido o resgate e valorização desta história, visando a desconstrução destas ideologias em prol de uma sociedade mais democrática.

Dentre as diferentes ações promovidas pelo YLA-DUDU, o debate sobre o racismo em âmbito educacional possibilita o envolvimento de professores e estudantes, e contribui para a aplicação da Lei 10639/03, mas também proporciona o reconhecimento, valorização e construção da própria identidade negra dos militantes. O YLA-DUDU Atuando juntamente a uma roda de Jongo no Quilombo de Santa Rita do Bracuí ou em um seminário da Universidade Federal Fluminense, a educação serve como um instrumento de diálogo e mudanças.

O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU foi fundamental na trajetória de vida de Mariene, as discussões nos anos iniciais do Movimento mostraram que ela não era a única a sofrer com o racismo e se negar enquanto negra, esse problema era coletivo e que por meio do resgate histórico, da valorização das raízes africanas e afro americanas e de ações afirmativas eles aos poucos passariam a valorizar a própria identidade e lutar por ela. Esse despertar da Consciência Negra, se transformou em grupo que pronuncia um “Grito Negro”, no Idioma Ioruba – YLA-DUDU.

No caso de Mariene as marcas poderiam até ser mais profundas, devidos aos anos de preconceito não apenas racial, mas também social, de gênero e deficiência física, segundo ela as ações afirmativas foram fundamentais em seu processo de reconhecimento e aceitação pessoal, mas o reconhecimento maior aconteceu durante seu envolvimento com educação fundamentada na prática da liberdade racial, seus trabalhos pedagógicos praticados dentro de sua própria casa representam um exemplo da pedagogia feminista negra como prática política do cotidiano, resultando em benefícios tanto para as crianças negras que participam de seu projeto e aprendem a valorizar suas identidades, quanto para a própria Mariene Florentino da Silva Caetano. Seu nome carrega o significado de uma pessoa que vai além deste trabalho de pesquisa, constitui um exemplo de luta contra opressão racial, de gênero, classe e deficiência física.

Este trabalho é um reconhecimento aos agentes, militante e colaboradores do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, que em sua trajetória histórica ampliaram espaço de discussão sobre o racismo e tiveram muitas conquistas, porém a luta continua e muitos outros trabalhos de pesquisa na área acadêmica serão necessários para que tais conquistas legais estejam de fato presentes na vida das brasileiras e dos brasileiros, e tenhamos de fato uma sociedade mais justa e democrática.

Referências

ALEXSANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.** v. 13, n. 37, São Paulo, 1998.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **Delta**, v. 31, n. especial, p. 97–126, 2015.

BECHER, F. **O "perigo moral" em tempos de segurança nacional: políticas públicas e menoridade em Caxias do Sul – RS** (1962-1992) Porto Alegre: UFRGS, 2012.

bell hooks. **Intelectuais negras**. Tradução de Marcos Santarrita, 1995.

BERNARDO, D. J. PEÇO LICENÇA À VOVÓ, PEÇO LICENÇA A MEU MESTRE! In: Linguagens artísticas da cultura popular. **Salto para o Futuro** - Boletim 01, Brasília, 2005.

BRUNER, J. **Acts of meaning**. Cambridge: Harvard University Press. 1990.

CALDWELL, K.L. Mulheres negras, militância, política e justiça social no Brasil. **Revista Gênero**. V.8, n.1, 2007.

CAMPOS, M.; LOBO, R. M. EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO – inclusão e contradições no diálogo entre movimentos sociais e sistemas de ensino. **Revista Teias**, v. 12, n. 24, p. 79-91, jan./abr. 2011.

CARDOSO, C. P. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008.

CARDOSO, C.P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** Salvador: 2012.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics de empowerment**. New York, London: Routledge, 1991.

DAVIES, B.; HARRE, R. Position: the discursive construction of selves. **Journal of Theory of Social Behavior**. 20/1:43-63. 1990.

FERREIRA, M.; AMADO, J. (org.). **Usos & abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FINA, A. de. Tempo, espaço e identidade em narrativas de imigração. In: LOPES, L.P.M.; BASTOS, L. C. (org.) **Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos.** Belo horizonte: Editora UFMG, 2010.

GARCEZ, P.M.G.S.; LODER, L.L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **Delta**, v. 30, n.2, p. 254-288, 2014

Gohn, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009c.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2010a.

_____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** v. 16, n. 47, 2011.

GONÇALVES, M. das G.; ANTUNES, J.L.C. Projeto negros e negras em movimento: Relações étnico-raciais na escola e o debate sobre a lei 10639/03. **Revista Teias**: Rio de Janeiro, ano 9, nº 18, pp. 68-77, julho/dezembro 2008.

GONÇALVES, M.A.R.; MACHADO, E.A. Entrevista com a professora Iolanda de Oliveira. **Revista Teias**, v.14, n.34, p.191-196. 2013.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Enigmas do pensamento latino-americano**. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2005.

LOPES, L.P.M. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B.T.; LIMA, C.C.; DANTAS, M.T.L. Eds. **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: Ipub. 2001.

_____. (ed.). **Discursos de identidades**. Campinas: Mercado das Letras. 2003.

MAROUN, K. **Jongo e educação: a construção de uma identidade quilombola a partir de saberes étnico-culturais do corpo**. Tese de doutoramento, PUC - Rio de Janeiro, Março de 2013.

OLIVEIRA, M. C. L.; BASTOS, L. C. Saúde, doença e burocracia: pessoas e dramas no atendimento de um seguro saúde. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (orgs.) **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI (org.) **História da criança no Brasil**. P.347-375. São Paulo: Contexto, 2000.

PEREIRA, A.A. **O Mundo Negro: A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).** Tese de doutorado em História, UFF-Niterói, 2010.

PERRY, K.K. Por uma pedagogia feminista negra no Brasil: O aprendizado das mulheres negras em movimentos comunitários. In: **Educação, diferenças e desigualdades**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

POUPART, J. A. Entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1999.

Anexo A

Transcrição da entrevista Délcio Bernardo

“A Origem do YLA-DUDU

A década de 1980, o MNU, que é o Movimento Negro Unificado, ele vai começar a estabelecer uma série de campanhas, Reaja à violência racial, Beije sua preta em praça pública, e trazer a discussão sobre o 20 de novembro, sobre Zumbi, em contraponto com o 13 de maio, e aí assim, esse Movimento começa a ganhar um outro caráter, começa de fato a provocar a criação de outros grupos, em várias partes do Brasil, e com Angra não foi diferente.

A gente nesse momento começou a discutir, e quem esse "a gente" que eu tô falando? Eram militantes do grupo jovem, militantes do Partido dos Trabalhadores, militantes de outros grupos e outros partidos inclusive, então a gente começou essa conversa por volta 86, 87, conversar sobre essa possibilidade...

Aí em 88, a Igreja Católica, mais precisamente, a Paróquia do Centro aqui, a gente tinha um Grupo Jovem e a gente pegou o gancho da Campanha da Fraternidade, que a igreja naquela época colocou, se eu não me engano, o tema era escutai o clamor deste povo, e o lema era um questionamento se de fato nós negros nos sentíamos livres no Brasil.

Nós fizemos a primeira discussão, o primeiro debate dentro da campanha da fraternidade no Convento do Carmo sobre a questão racial, alguns de nós participou da Marcha, no Rio, que foi uma marcha emblemática pra caramba, que é a Marcha do 13 de Maio, que a polícia parou e não deixou o pessoal chegar até o busto do zumbi. Então a gente meio que acompanhou aquele ambiente de discussão que estava tendo a nível nacional e começamos a debater a possibilidade de um Grupo de Consciência em Angra.

Teve várias discussões, se ele teria um caráter partidário, se ele teria um caráter religioso, se ele não partiria de nenhum desses dois vieses e aí a gente optou pra que ele não tivesse nenhum vínculo nem religioso nem partidário, até porque a gente entendia que a questão racial ela transcendia a questão partidária e a questão religiosa. A gente foi conversando, conversando, e esse Grupo de fato se formalizou. Ele já existia na discussão mas não formalizado, então foi em 9 de março a gente formalizou o grupo como instituição com CNPJ, aquela coisa toda, e aí que a gente até

deu esse nome Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, que em Iorubá significa Grito Negro.

O Racismo em Angra

Pensando o caso de Angra, essa cidade, de quinhentos e tantos anos... quinhentos e catorze anos! Que teve várias construções aqui que foram feitas por pessoas escravizadas, mas que você também não via o reflexo dessa história nos livros da cidade, fossem eles didáticos ou não. Você não via essa fala nos historiadores. Então assim, o silencio, um silencio muito grande sobre a história dessa população negra que foi muito grande aqui. Então assim a gente começava a fazer esses questionamentos.

E a outra, nossa condição de negros dentro das escolas, como que era isso, como a gente era tratado, todo esse ambiente que a sociedade brasileira te mostra, e não é diferente pra sociedade angrense, é claro, que ela te mostra desse silêncio em relação as pessoas negras, e quando essas pessoas são lembradas elas são lembradas de forma muito aquém do seu valor e aquém da sua história.

A nossa ideia era de trazer esse debate sobre relações raciais pra Angra, e foi interessante, eu sempre cito isso, sou até meio repetitivo, mas foi interessante quando a gente fundou o grupo fizemos uma atividade na praça, alguns jornais noticiaram que, não existe isso, mas assim... que era desnecessário você criar um grupo de consciência negra em Angra, porque Angra não tinha racismo, até teve uma figura que mandou uma cartinha pro jornal, e essa pessoa dizia que nós éramos pessoas frustradas, não tínhamos conseguido ascensão na vida, por isso a gente estava buscando, tentando achar um meio de ascender ou de aparecer pra sociedade. Então foi uma cartinha que inclusive até hoje eu tenho essa carta guardada, a pessoa se identificou até como Andezenete de Paula, mas é lógico que era um codinome.

A partir daí a gente começou a fazer várias parcerias, com a Secretaria de Educação, com outros movimentos sociais, na intenção de você debater a questão racial. Essa acusa, essa acusação de que as pessoas tinham de que a gente que era racista, porque tava mexendo com uma coisa que estava adormecida a muito tempo, o silencio de não falar sobre as questões raciais pras pessoas era melhor do que você discutir. Entender o que aconteceu com esse país, até porque é muito difícil você conseguir entender o brasil se você não compreender a questão racial.

O YLA-DUDU tentou fazer esse caminho, de tirar um pouco essas histórias do Silêncio, e aí quando você tira as pessoas da sua zona de conforto você acaba também incomodando essas pessoas, e a gente sempre trabalhou com a lógica de

não acusar as pessoas de racistas, mas sim de entender que elas reproduzem o racismo.

Atuação do YLA-DUDU

O YLA-DUDU, desde do surgimento a gente foi pensando que público a gente queria trabalhar e como trabalhar. Então a gente montou uma série de discussões em várias escolas, eu lembro que em 92, 93, nos rodamos todas as escolas da rede municipal, fazendo conversa, fazendo debate e aprendendo também com as pessoas e montamos uma esquete teatral pra poder discutir um pouco da questão da abolição da escravatura, o que a gente entendia por abolição, o que era liberdade de fato, liberdade de direito, e isso sem tirar o mérito da importância do 13 de maio. O fato de você ter uma data de contraponto ao 13 de maio, também não significa que você ta negando o 13 de maio totalmente, o 13 de maio tem uma importância muito grande pra questão racial.

Então assim, pra gente também era isso, fazer no 13 de maio de maio um debate, fazer uma reflexão sobre a abolição e fazer em 20 de novembro uma atividade ressaltando a importância do movimento negro no brasil, na época de palmares ainda não se dava com esse nome, mas ressaltando a importância de palmares, a importância quilombola e buscando esse diálogo entre o movimento negro rural e movimento negro urbano, o YLA-DUDU fez muito isso durante muitos anos, e depois a gente fez uma parceria com a UFF, parceria com outras comunidades quilombolas do estado do Rio, que agente buscou, a gente trouxe muita formação pra cá, com a professora Monica Lima, com a professora Magali, Andrea Brandão, a gente sempre buscava os pesquisadores que estavam com pesquisas novas, pesquisas atualizadas e a gente trazia pra fazer um debate, com a gente, fazer uma atividade, foram várias ações, e sempre com esse objetivo de você trazer pra sociedade o debate sobre relações raciais, você permitir que as pessoas tivessem uma outra visão da população negra senão aquela do escravo, da pessoa que se conformou, que é o que a gente aprendia no livro didático.

A gente resolveu criar um grupo de capoeira dentro do YLA-DUDU, que a gente pudesse conversar com os garotos sobre isso, sobre a sua condição de menino negro, de garoto pobre, e a gente fez esse grupo e eu até fiquei a frente nesse grupo durante uns 5 anos, e foi a frente desse grupo que nós recuperamos a nossa história com o Jongo.

O YLA-DUDU teve um papel muito importante, um outro feito que eu acho legal, é esse aqui que a gente está em frente, essa aqui era a praça Duque de Caxias, e a gente em 95, na nossa discussão com a Câmara de vereadores, que tinha o vereador João Luiz dos Remédios, a gente apresentou na câmara uma proposta de mudança da praça pra criar um referencial de cultura negra no município, que era a praça Zumbi dos Palmares, e esse projeto passou e foi aprovado na câmara de vereadores e hoje a gente tem aqui um busto de zumbi e a praça zumbi dos Palmares em que hoje está

uma praça bem bacana, tem muitos movimentos e todo 20 de novembro assim, as pessoas já sabem, 20 de novembro você tem uma ação na praça do movimento negro, que vem capoeira, vem jongo, vem o pessoal das religiões de matrizes africana, umbanda e candomblé, e vem todo mundo pra cá e aqui faz toque e canta e dança, mas sempre fazendo, é sempre uma menção de reflexão, do que a gente ta vivendo e com isso a gente viu muita coisa acontecer, viu processo de cotas, que ainda é uma discussão muito latente.

YLA-DUDU e educação

Aqui no município, a gente, logo assim, em 92 quando o grupo se formou legalmente, a gente já começou a fazer esse debate com as escolas, a gente tem um histórico até bacana em Angra, elogiado já por grandes figuras, como Carlos Moore, uma figura do movimento negro internacional, um cara que tem um potencial fantástico, eu sou hiper fã dele. O Carlos Moore, o Júlio Tavares, a professora Iolanda, eles até elogiaram a nossa relação em Angra com o poder público, e é muito difícil movimento social e poder público caminhar e construir coisas, e a gente aqui desde de 92, principalmente com a secretaria de educação, a gente já teve parceria com a ação social, mas com a Educação é constante desde 92, então assim, quando veio a lei em 2003 a gente já tinha um processo avançado, então foi bem tranquilo, o que não significa dizer que as escolas da rede cumprem a lei, porque elas não cumprem. Hoje a gente tem um grupo de professores na rede que eu considero um grupo muito bom, um pessoal que faz um trabalho muito legal, que dá conta, que briga muito pra que a lei aconteça, mas a gente não tem isso ainda, não é ainda legal, 50 por cento das nossas escolas cumprem a lei, não cumprem! isso não é uma realidade, agora, tem sim essas relações, a gente tá sempre com ações juntos, em 2012 eu trabalhei na secretaria de educação, trabalhei de 2010 até 2012 e a gente criou lá na educação um programa que era o Programa Diversidade na escola, a ideia era fazer formação.

Em 2009, se não me engano, nós criamos em parceria com a UFF o curso Negros e Negras em Movimento, que foram 5 turmas, e aquele curso foi bacana.

Nesse processo da lei em Angra a gente tem um facilitador que é a nossa relação com a instituição Secretaria de educação, e com as comunidades quilombolas, o movimento negro na verdade ele era o articulador entre o movimento social e a instituição, então assim, a gente formou a turma, a UFF vinha com os professores fazia uma formação a Secretaria de Educação trazia os professores, possibilitava os professores participar do curso além de dar uma infraestrutura e nós do movimento negro fazíamos uma relação com as comunidades quilombolas.

A gente tem agora lá no Bracuhy dentro desse processo, ele é um resultado desse debate que a lei nos permitiu naquele momento, que é o curso da LEC, curso de educação no campo, nós temos 4 quilombolas hoje formados na graduação da LEC, que é na RURAL.

Isso tudo é resultado desse processo da legislação, nessa parceria da universidade tá indo ao quilombo, desse entendimento, qual o papel da universidade, a lei foi um instrumento importante nesse sentindo, que a medida você tem que ter dentro da rede, então quem é que vai fazer esse debate? A formação dos professores, e dentro da lei o papel do movimento negro, o papel das comunidades negras é fundamental, o papel dos mais velhos do quilombo é fundamental.

O que tem facilitado, embora a gente não tenha atingido um nível muito bom, da implementação da lei 10639, foi de fato a relação que foi construída com essas instituições, isso com vários governos diferentes.

A gente criou uma comenda, que era a medalha zumbi, a ideia da medalha zumbi não tinha um ranking pra essa medalha, como a gente saboia que na rede pública tinham vários professores que trabalhavam com questão racial, que tinham projetos com questão racial, que dentro da escola esse professor, ou professora enfrentavam problemas com suas direções, porque a direção as vezes não topava a gente criou essa medalha pra premiar ou pra reconhecer o trabalho desse professor ou dessa professora numa cerimônia pública.

O grande barato era o seminário, porque no seminário os professores discutiam como foi feito o projeto, como não foi feito, as dificuldades que teve, o que fazer para melhorar ou criar outro projeto, e como que isso poderia chegar nas outras escolas. A gente ampliou um pouco, porque a princípio a ideia era ideia um projeto que discutisse a questão racial, só que assim a gente foi observando a diversidade do nosso município, tem escolas que estão na ilha, então tem a questão da cultura caiçara, você tem o caiçara negro, você tem escola que está no sertão, então a gente optou, pra quem fizesse um projeto, a medalha seria dada pra quem tivesse um projeto com esses grupos, caiçara, indígenas, quilombolas...

O YLA-DUDU, pra cidade, sou suspeita de falar, mas ele tem um papel muito importante, você tem algumas teses e dissertações de mestrado hoje, que são escritos por professores e professoras principalmente da nossa rede, que tem uma base nesse debate que o YLA-DUDU começou a fazer.

YLA-DUDU e Mariene

As histórias dela reforçavam a nossas lutas, e as nossas lutas reforçavam a grandeza dela. Acho que foi isso, a gente pode dizer que o que a gente fez pra Mariene foi contribuir com a grandeza que ela já tinha, da história que ela tinha e ela se

reconhecer como negra, e esse processo todos nós do YLA-DUDU passamos por ele, a gente aprendeu melhor nós discutíamos, falávamos sobre questão racial antes do grupo, falávamos! A gente via coisas, assim, mas a gente só aprendeu mesmo a se reconhecer como negro naquele espaço do grupo.

A gente botar a nossa cara preta de forma bonita, e positiva dentro dessa escola que não estava, então assim, a Mariene ela faz isso com muita tranquilidade, é uma figura, pra mim, assim, importantíssima no movimento negro, lógico que todos os outros companheiros, cada um, quando se constrói um coletivo, cada pessoa nesse coletivo ela dá a sua contribuição e sem ela o grupo não seria o mesmo, mas nesse destaque que a gente tem com a Mariene, não só eu, mas todas as pessoas que conhecem a Mariene, é por isso, como que ela conseguiu lidar com tanto problema, com tanta dor de uma forma tão bacana.

Tem sempre um projeto, ela montou na casa dela uma espécie de uma biblioteca, botou um monte de livro, juntava um monte de criança pra lá, e as crianças "Tia Mariene", "Tia Mariene", "Tia Mariene"! Porque é isso, ela acredita muito na vida, ela acredita que o racismo tem que acabar mesmo e a gente pode acabar, e a gente tem que se doar mesmo o máximo, enquanto a gente estiver por aqui tem que se doar, tem que fazer as coisas, tem que ir, tem que fazer, é uma figura de muita força.”

Anexo B

Transcrição da entrevista Mariene

“Dizem que eu nasci em Manhumirim, mas eu não tenho certeza se nasci em Manhumirim, Minas Gerais. Eu apareci em Manhumirim, as tiveram que fazer minha certidão e eu fui registrada aos nove anos de idade, meu próprio nome hoje que é Mariene era Marlene. Mariene foi um erro ortográfico na datilografia quando eu fui ser registrada.

“Fui abandonada em Minas por meus pais quando tinha dois aninhos de idade em um hospital de freiras, tinha problema de raquitismo, um problema ósseo que trato até hoje, passei por várias cirurgias e tive infecção hospitalar, com isso fiquei muito debilitada em Minas. Aos vinte e poucos anos então me mandaram para região de praia. Aos vinte e dois anos eu vim parar em Angra, não conhecia o mar e acabei ficando aqui.”

“A fase da adolescência, da menina que está desabrochando. Tinha que esconder meu corpo, esconder minha perna. Não tinha superado a questão do racismo de eu mesmo me negar enquanto pessoa [...] Me sinto muito guerreira mas nem sei porque. A escola foi um período muito negativo, porque fui obrigada na FEBEM, muito discriminada, era muito preconceito.”

A gente não sabia a história da gente, eu fui saber mais ou menos com uns 13 anos [...] você fica passando em branco pela vida, comendo, bebendo e só. Vivendo sem saber o porquê! A história nossa não passava daquele muro, do lado de fora não tinha nada, era a história da FEBEM.

“Você se nega a ponto de não aprender a ler, de não aprender a raciocinar, dificuldade de cálculos. Vergonha de perguntar. Vergonha de falar.”

“De que forma eu tenho que tá lidando com isso? Antigamente era com raiva, batendo nos meninos da escola que me colocavam apelido pejorativo, eu sempre reagi com muita raiva.”

A fase da adolescência, da menina que está desabrochando. Tinha que esconder meu corpo, esconder minha perna. Não tinha superado a questão do racismo de eu mesmo me negar enquanto pessoa [...] Me sinto muito guerreira mas nem sei porque. A escola

foi um período muito negativo, porque fui obrigada na FEBEM, muito discriminada, era muito preconceito.

Nós começamos a reunir com os negros para discutir, e nós vimos que não tinha que ficar só dentro da questão católica, é uma questão do negro da umbanda, do evangélico. Então deveríamos estar em outros espaços, começamos a nos reunir na praça, em algumas ruas e na casa de alguém. A gente queria que mais pessoas tivessem essa chance de estar discutindo. Começou um grande processo que nessas reuniões cada um começou a colocar suas experiências, foi o momento da gente falar.

“Nas reuniões do movimento negro. Me ajudou muito porque eu comecei a estudar pra saber que os Iorubás vieram pra Bahia, os bantos para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, foi me dando um amor pela África [...] eu me apegava a isso para descobrir minha identidade, a gente foi vendo em umas fotos de negros o formato do rosto da gente, pra mim que não tinha referência nenhuma foi muito importante, o formato do meu rosto poderia ter vindo de uma tribo da África, eu tinha que ter uma referência, uma identidade [...] A África tem uma ligação muito forte, o ritmo [...] foi muito interessante que eu descobri que o tecido fica muito bonito em mim, a cor. Essa identidade de me assumir enquanto negra, enquanto pessoa, de querer ser africana - sou brasileira - mas meu sonho é um dia ir na África e ser confundida com uma mulher africana! Isso foi a construção de uma identidade minha. Hoje eu posso ser de uma tribo africana e antes eu nem sabia, eu era de um pátio de cimento da FEBEM.”

“Foram as ações afirmativas que me fizeram sorrir e ser alguém diferente, se tem algo que diga que não sou Joãozinho, que eu não sou canela de urubu e que meu cabelo é carapinha sim mais eu gosto é minha identidade, então precisa de ações afirmativas sim!”

Anexo C

GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA YLA-DUDU / ANGRA DOS REIS.

ESTATUTO

" **TÍTULO I – DA SOCIEDADE**

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art.1º - O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, fundado aos dias nove do mês de março do ano de 1991, na Casa da Cultura de Angra dos Reis, é uma entidade sem fins lucrativos com duração por prazo indeterminado e atuação em todo território nacional. Com sede provisória na Rua do Comércio nº 84, 2º andar, sala 202, Centro, Angra dos Reis – Rio de Janeiro e será regido pelo estatuto aprovado em Assembleia Geral.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES

Art. 2º - O grupo de Consciência Negra YLA-DUDU tem como finalidades:

a) Mobilizar e articular pessoas de todas as etnias que desejam buscar unidade nacional das mesmas para fazer frente ao processo comum de marginalização, preconceitos, discriminação, estereótipos e toda sorte de estigmas disseminados na sociedade brasileira, levando-os ao empreendimento de uma luta pelos seus direitos de cidadania plena assegurados pela declaração universal dos direitos humanos e pela constituição brasileira;

b) Desenvolver pesquisas relacionadas às culturas de origem africanas no Brasil, mantendo e operando um centro de estudos, com o objetivo de resgatar os valores e os conceitos estruturais da visão de mundo das referidas culturas, bem como empreender estudos sistematizados das línguas africanas trazidas pelos vários grupos étnicos;

c) Desenvolver projetos de educação informal, especialmente com crianças e adolescentes, com a finalidade de resgatar a identidade cultural das populações negras e mestiças, negadas pelo sistema educacional formal e pelas estruturas ideológicas do sistema social e político brasileiro;

d) Procurar, conhecer, incentivar as comunidades-terreiros, grupos de capoeira, grupos de jongo e maracatu e tantas outras danças e festas religiosas relacionadas a causa negra, a desenvolverem projetos e atividades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de seus vivenciadores, que em sua maioria são negras e marginalizadas;

e) Desenvolver programas, projetos e atividades com relação a ecologia e ao meio ambiente, dentro do que preceitua a Visão Ecológica das culturas e religiões de origem africana, objetivando reeducar as mentes para mudar as práticas depredadoras dos ecossistemas e integrar os adeptos das religiões Afro-Brasileiras na luta pela preservação da natureza;

f) Divulgar os conceitos estruturais da visão de mundo que norteiam os assuntos referentes à comunidade negra, através dos meios de comunicação de massa e publicações específicas, bem como ministrar cursos, palestras, seminários, conferências, shows musicais, danças, teatros, capoeira, etc.

g) Estimular a articulação e o desenvolvimento de ações conjuntas do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU com os demais movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida das populações marginalizadas;

h) Promover a relação do Grupo de Consciência Negra YLÀ-DUDU com os demais movimentos populares de postura democrática, visando o estabelecimento de uma relação solidária e respeitosa das diferenças culturais;

i) Contribuir na formação de militantes e adeptos para atuarem na formação do Movimento de Consciência Negra YLA-DUDU, dentro do seu com texto social, político transformador da visão de mundo;

j) manter e operar um centro de documentação e memória, produzindo instrumentos de comunicação que veicule informações acerca da articulação e do processo de organização dos adeptos do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

l) Estimular e assessorar as iniciativas sociais, políticas e culturais da população afro-brasileira;

m) Combater todas as formas de racismo, exploração ou discriminação de toda e qualquer natureza, quer sejam sexuais, sociais, econômicas, políticas, ideológicas e religiosas, onde quer que se manifeste.

n) Participar das iniciativas da Sociedade Civil Organizada e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

CAPÍTULO III – DOS RECURSOS E PATRIMÔNIOS

Art. 3º - Os recursos e patrimônios da entidade provêm de colaboradores (sócios e outros), da cooperação de Instituições Nacionais e Internacionais (públicas e privadas) interessadas em programas sociais, culturais, de educação informal e na área de Direitos Humanos e Civis;

Parágrafo Único – Todos os bens e recurso serão aplicados obrigatoriamente no país, para finalidades do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU.

TÍTULO II – DOS INTEGRANTES

CAPÍTULO I – DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES DOS INTEGRANTES

Art. 4º - Poderão ser integrantes, adeptos e simpatizantes do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU todos aqueles interessados nas finalidades do mesmo.

Art. 5º - **DOS INTEGRANTES**

a) São todos aqueles engajados nas atividades do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

Art. 6º - **SÃO DIREITOS DOS INTEGRANTES**

a) Participar de todos os projetos e Grupos de Trabalho do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU:

b) Apresentar propostas e sugestões;

c) Fazer parte das reuniões e Assembleias ordinárias e extraordinárias;

d) Votar e ser votado para qualquer cargo do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, desde que esteja de acordo com as normas deste Estatuto.

Art. 7º - **SÃO DEVERES DE TODOS OS INTEGRANTES**

a) Comparecer às reuniões e grupos de trabalho;

b) Cooperar na realização dos objetivos sociais, culturais. Educativos e políticos do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

c) Desempenhar as funções e tarefas assumidas;

d) Zelar pelo patrimônio da entidade;

e) Respeitar todos os companheiros do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, evitando assim qualquer clima hostil no ambiente de reunião ou em qualquer espaço onde se desenvolva atividades do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

f) Representar o grupo quando necessário ou quando indicado em Assembleia.

Art. 8º - Será advertido verbalmente o integrante que violar as normas e princípios deste Estatuto.

TÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃOS DIRIGENTES

CAPÍTULO I – DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES

Art. 9º - São órgãos dirigentes do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU:

a) Coordenação

b) A Assembleia Geral

CAPÍTULO II – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10 – A Assembleia Geral é o órgão soberano do Grupo de Consciência Negra YLA- DUDU, com as atribuições que lhe são conferidas por lei e, particularmente a Saber:

a) Examinar e aprovar o orçamento, relatórios, balanços e outros atos da coordenação;

b) Eleger a cada 36 (trinta e seis) meses a coordenação;

c) Discutir as diretrizes gerais dos projetos, programas e estudos da entidade.

Art. 11 – A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á Semestralmente e a extraordinariamente sempre que for convocada pela coordenação ou por 1/3 (um terço) dos participantes, com prazo de 48 horas.

Parágrafo Único – É vetada a participação por procuração nas reuniões da coordenação, assim nas Assembleias Gerais.

Art. 12 – A reunião será instalada pelo coordenador que, em caso de impedimento, será substituído conforme, preceitua este Estatuto no Art. 14, Capítulo II – da coordenação.

Art. 13 – A coordenação é composta de:

a) Um Coordenador

b) Um Vice-coordenador

c) Um Secretário

d) Um Tesoureiro

e) Dois Diretores Cultural

f) Dois Relações Públicas

g) Dois Suplentes

h) Conselho Fiscal

Art. 14 – Compete à Coordenação, em seus cargos e funções:

I – Ao Coordenador:

a) Representar o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU em Juízo e fora dele;

b) Presidir as reuniões do grupo;

c) Coordenar as atividades do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

d) Presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;

e) Zelar pelo cumprimento deste Estatuto;

f) Movimentar a conta bancária do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

g) Contratar pessoas conforme estabelece o Art. 24 deste Estatuto;

h) Examinar as contas e balancetes.

II – Ao Vice Coordenador:

a) Substituir o coordenador em sua ausência automaticamente.

III – Ao Secretário:

a) Substituir o coordenador e o vice-coordenador nos casos de impedimento temporário no exercício de suas funções;

b) Manter os documentos e arquivo interno;

c) Assessorar as reuniões e Assembleias ordinárias e extraordinárias, com a preparação de relatórios e registros gerais;

d) Acompanhar os projetos através de relatórios de atividades;

e) Elaborar correspondências visando o encaminhamento de projetos e relatórios globais do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

f) Assinar correspondências da entidade conjuntamente com o coordenador;

g) Manter atualizada a documentação do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

h) Fazer as atas das reuniões e Assembleias ordinárias e extraordinárias;

IV – Ao Diretor Cultural:

a) Promover estudos para viabilidade e projetos nas áreas de interesses do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

b) Elaborar projetos, apresentando-os ao grupo para discussão e aprovação;

c) Promover cursos, seminários, debates, conferências e exposições, bem como material didático sobre os temas das áreas de interesse do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU.

V – Ao Tesoureiro:

a) Efetuar estudos para viabilidade econômica e financeira dos projetos do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

b) Definir e manter um sistema de prestação de contas para o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

c) Controlar e registrar em livro específico a contabilidade do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

d) Fazer balancete mensal das receitas, visando controlar os gastos da entidade;

e) Efetuar os pagamentos de todas as contas do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

f) Movimentar a conta bancária do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, juntamente com o coordenador e diretor cultural;

g) Assinar documentos financeiros;

h) Elaborar relatório financeiro anual para apreciação e aprovação do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU em reunião ou Assembleia ordinária;

i) Propor e estimular atividades com o objetivo de arrecadação de fundos para o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

VI – Aos Relações Públicas:

a) Divulgar o nome do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

b) Fazer contatos com pessoas, entidades e grupos;

c) Fazer boletins, cartas, jornais e informativos da entidade;

d) Recepcionar pessoas ou grupos que venham encontrar-se com o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU para quaisquer fins;

e) Entregar correspondências a grupos ou pessoas;

f) Representar o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU nos meios de comunicação.

VII – Ao Suplente:

a) Substituirá quando necessário qualquer membro efetivo da coordenação.

Art. 15 – **Do Conselho Fiscal.**

O conselho fiscal eleito para um mandato de 36 (trinta e seis meses), na mesma data da eleição da coordenação, será composto por três membros efetivos, limitando sua competência a fiscalização da gestão financeira do Grupo.

Parágrafo primeiro – O conselho fiscal tem ampla e total autonomia em relação a coordenação nos limites de sua competência.

Parágrafo segundo – Compete ao conselho fiscal:

a) Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes mensais;

b) Conferir sempre que necessário a entrada e saída do saldo numérico existente em caixa.

c) Verificar se os extratos bancários e notas fiscais conferem com os controles da coordenação.

d) Emitir o parecer sobre o orçamento anual, suplementação de verbas e balanço financeiro do exercício, lançando seu visto na respectiva documentação.

Parágrafo terceiro – O conselho fiscal se reunirá sempre que necessário propondo medidas que visem à melhoria econômica e financeira do grupo lavrando-se atas de todas as reuniões.

Art. 16 – Todos os membros da coordenação são responsáveis civil e penalmente pelos desvios de recursos e patrimônios da entidade.

Art. 17 – Os membros da coordenação não serão remunerados, porém aos mesmos serão garantidos recursos para viagem, hospedagem e alimentação quando a serviço do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, bem como aos integrantes em atividades.

Parágrafo Único – Salvo em casos de desenvolvimento de projetos específicos.

Art. 18 – O mandato da coordenação será de (36) trinta e seis meses.

CAPÍTULO III – DA ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO

Art. 19 – Poderão votar todos os integrantes que estiveram em conformidade com o art. 7º deste Estatuto e com filiação mínima de 90 (noventa) dias, antes da eleição.

Parágrafo primeiro – poderão concorrer a coordenação todos os integrantes que tiverem filiação mínima de (12) doze meses, e também que estiverem em conformidade com o art. 7º deste Estatuto.

Art. 20 – A eleição se consumará pelo voto da maioria simples com voto secreto ou declarado.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÔES FINAIS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU será dissolvido nos casos expressos em lei por determinação em Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, com quórum de maioria absoluta e mediante voto favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios.

Parágrafo Único – A Assembleia decidirá sobre a dissolução, do patrimônio do grupo.

Art. 22 – Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvido pela coordenação, ad referendum da Assembleia Geral.

Art. 23 – O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU poderá estabelecer parceria com grupos de articulação religiosa, cultural, político e educativo em todo território nacional.

Art. 24 – A posse dos eleitos para os cargos da coordenação efetuar-se-á em até 30 (trinta) dias após a data das eleições, ficando os antigos membros com direitos e responsabilidades jurídicas pela entidade, tempo em que colocará a nova coordenação a par de toda a estrutura do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU.

Art. 25 – O presente Estatuto poderá sofrer alterações parciais ou gerais por deliberação de 2/3 (dois terços) dos sócios, em Assembleia Geral, convocada para este fim.

Art. 26 – O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU poderá contratar pessoal necessário à execução de seus objetivos, finalidades e projetos em reunião ordinária.

Art. 27 – Para consecução de seus fins, a entidade poderá assinar convênios, acordos ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, de direito público ou privado, observando a legislação aplicável, notadamente no tocante à obrigatoriedade de aplicação dos recursos no território nacional brasileiro.

Art. 28 – Todo integrante do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, contribuirá com uma taxa de 01% (Um por cento) do salário mínimo vigente, para fins de manutenção do grupo.

Art. 29 – Toda e qualquer forma de expressão e manifestação cultural, esportiva, política, religiosa, social e educativa nascida na base do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, deverá ter o nome do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU e seguir as normas deste Estatuto.

Art. 30 – Fica vetado a utilização do nome do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, por qualquer grupo ou entidade sem a expressa autorização em reuniões ordinárias ou extraordinárias convocada especificamente para este fim.

Art. 31 – Cada grupo criado na base do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU deverá ter seu regimento interno, desde que não contrarie as normas deste Estatuto.

I – O Regimento Interno será formulado em conjunto com a coordenação e será aprovado em Assembleia Geral;

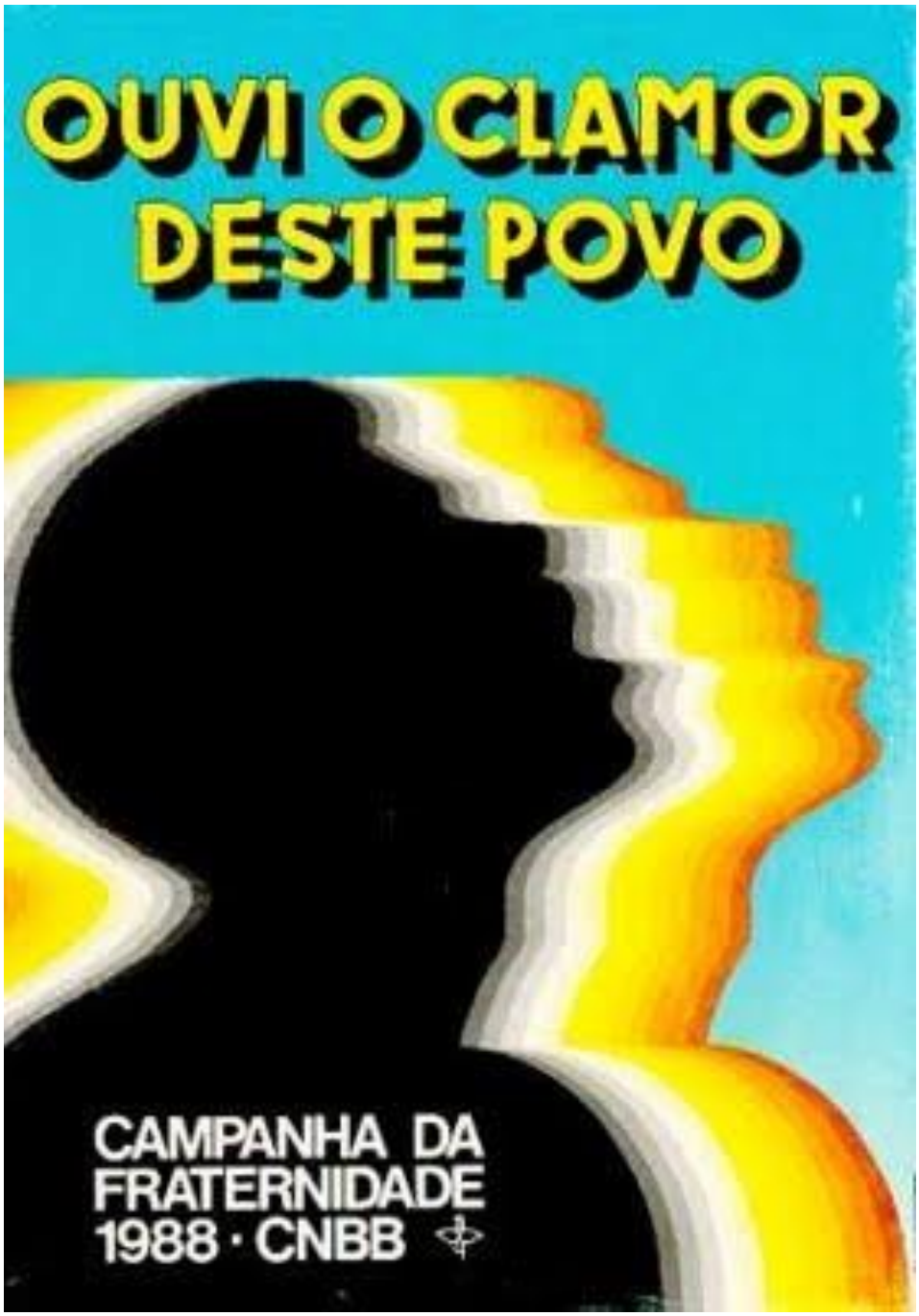
II – Todo dinheiro adquirido por grupos pertencentes ao Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, será para utilização do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, assim como os bens materiais adquiridos por estes grupos.

Art. 32 – Este Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação, em Assembleia Geral e constituir-se-á, em lei orgânica do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU para todos os fins legais, que todos farão cumprir e respeitar.”

Anexo D

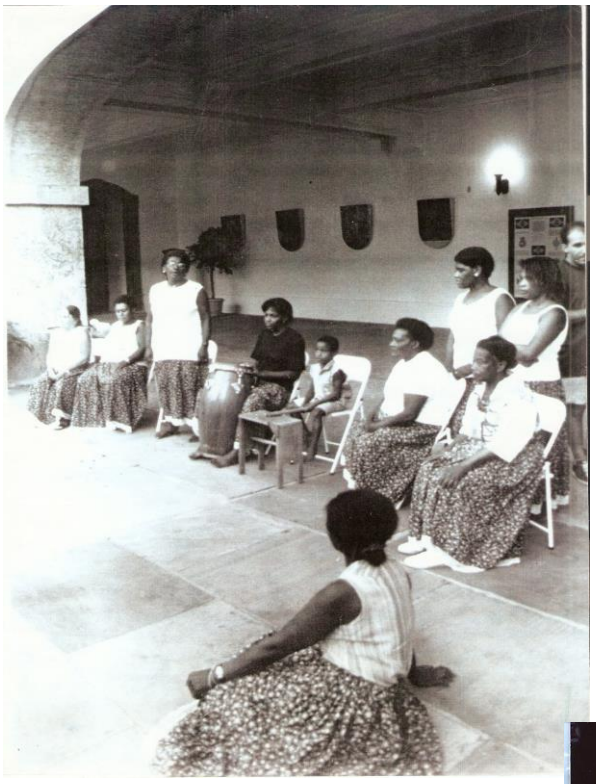
Cartaz Campanha da Fraternidade

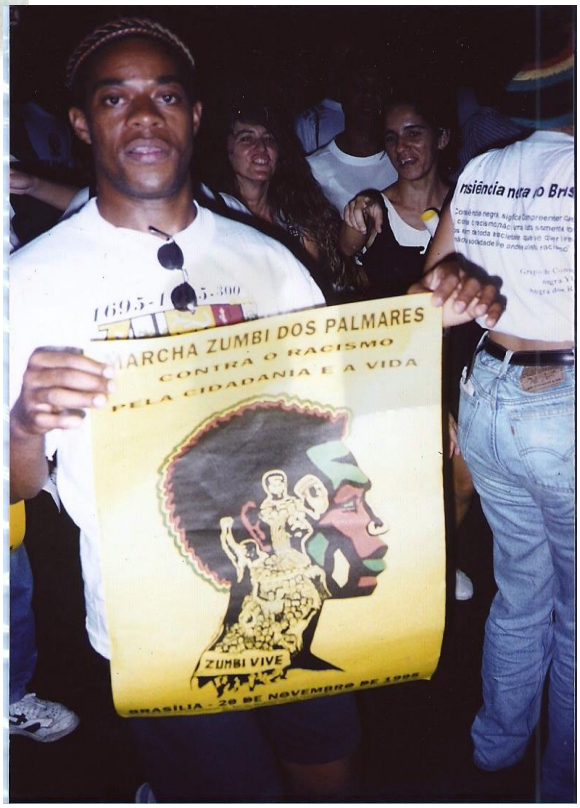
Coordenação Geral



Anexo E

Atividades do grupo YLA-DUDU[52]





[52] Fotos publicadas com autorização do Grupo YLA-DUDU


QUANTAS MULHERES FORAM ESPANCADAS EM 1995
PARTICIPE DA Minha pesquisa É SUA OPINIÃO




CAPITAL NACIONAL
DO
RACISMO.
ANGRA dos REIS
GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA
YLA-DUDU
de Angra dos Reis





MOVIMENTO NEGRO YLÁ-DUDU COMPOSTO PELOS SEGUINTES MEMBROS:
NAZARÉ,LUÍS CLÁUDIO,FÁTIMA ROSA,DELCIO J.BERNARDO,IRENE